



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DANIELA SANTOS NUNES DE RODRIGUES

**A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS GUERRA FRIA: DO
PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO**

**Santana do Livramento
2017**



DANIELA SANTOS NUNES DE RODRIGUES

**A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS GUERRA FRIA: DO
PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador(a): Dr^a. Anna Carletti

**Santana do Livramento
2017**



Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R685a Rodrigues, Daniela Santos Nunes de
A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS GUERRA FRIA: DO
PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO / Daniela Santos Nunes de
Rodrigues.
82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017.
"Orientação: Anna Carletti".

1. Política Externa. 2. Reconfiguração do Sistema
Internacional. 3. Economia Indiana. 4. Liberalização da
economia indiana. 5. Ascensão indiana. I. Título.



DANIELA SANTOS NUNES DE RODRIGUES

**A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS GUERRA FRIA: DO
PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a. Anna Carletti.
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Balardim.
UNIPAMPA

Prof. Dr. Fábio Régio Bento
UNIPAMPA

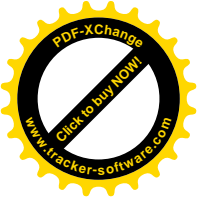


AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que me auxiliaram durante minha jornada acadêmica pelos pampas gaúchos. À minha orientadora Anna pelo auxílio prestado não só durante a elaboração do projeto e do TCC, mas pelo apoio e carinho durante toda a minha trajetória acadêmica, pois desde a primeira aula de História das RI no início do curso eu já sabia que gostaria de tê-la como orientadora. Ao professor Balardim pelas palavras amigas e de incentivo, bem como por sua disponibilidade em sempre me ajudar quando necessário. Ao professor Fábio pelo bom humor e por mudar meu olhar sobre as fronteiras, me inspirando a escrever o primeiro artigo que publiquei, sendo este justamente sobre a fronteira da Paz. Não posso esquecer também da minha primeira e mais importante professora, a senhorita Neca que me ensinou o amor pelos livros mesmo antes de eu saber decodificar as letras. Agradeço a ela por sempre me incentivar incondicionalmente em todos os meus sonhos e pela parceria que ultrapassa os laços de mãe e filha, sendo acima de tudo minha grande amiga.

Sinto-me agradecida também pela própria cidade de Livramento, por essa fronteira da paz que me acolheu tão calorosamente, onde pude reconstruir-me quando cria estar com a alma tão partida que isso talvez nem fosse mais possível. Agradeço a Jeanine pelas gordices e pelas noites em claro falando da vida e reclamando, ao Wanderson por ficar só rindo dos nossos devaneios mas mesmo assim nos acompanhar nas gordices. Também à Lavínia e ao Will, pela leveza de sua amizade e por dividirem comigo seu riso fácil e sua energia positiva. Ao Evandro por aturar meu gênio difícil com paciência desde o Ensino Médio. Ao Diego pela cumplicidade, amizade e também apoio. A um certo canceriano que na reta final foi quem mais ouviu minhas lamúrias em relação à graduação. Aos meus irmãozinhos de 4 patas, a Xena, o Krishna e Gatinha por todo amor que sempre me deram. À Lu por nos acolher como família assim que chegamos na cidade, compartilhando conosco sua alegria e descontração. Ao Rodrigo pelos risos e pelos tragos.

Agradeço também especialmente à Eloir por me apresentar a ayahuasca, elemento tão importante na minha transformação pessoal e na jornada interior que comecei aqui. Além disso, agradeço a ela pela amizade e força nas horas felizes e também nas sombrias.



“India shaped my mind, anchored my identity, influenced my beliefs, and made me who I am. ... India matters to me and I would like to matter to India.”

Shashi Tharoor



RESUMO

O fim da Guerra Fria representou uma grande mudança no Sistema Internacional. Diversos novos atores emergiram no cenário internacional, a queda da União Soviética forçou um grande número de Estados a modificar a sua estratégia de inserção. Os Estados Unidos aparentemente venceram a Guerra Fria, no entanto, apesar de eles terem uma imensa vantagem nos setores econômico e tecnológico sobre os outros atores do sistema, eles não eram o único polo de poder na nova configuração do Sistema Internacional. Nesse período a Índia emerge como um grande poder econômico, e conseqüentemente político, no continente asiático. Na década de 1990, a Índia promoveu uma série de reformas econômicas de viés liberal que permitiram que o país alcançasse níveis altos de crescimento econômico. Esse trabalho visa analisar os fatores internos e externos que induziram a Índia a promover as reformas econômicas. Por meio de uma revisão de literatura o trabalho analisa primeiramente as mudanças no Sistema Internacional após o fim da Guerra Fria. Em seguida é explorada a natureza das reformas, e então é feita uma análise dos impactos das reformas na postura externa indiana. Desde a independência a Índia construiu sua estrutura econômica baseada em princípios socialistas. A queda da União Soviética significou a perda de um importante aliado para a Índia. Ambos os países tinham uma parceria expressiva nos campos da economia e da estratégia militar. Logo, a Índia foi compelida a procurar por novos parceiros fortes. O Estado Indiano promoveu uma aproximação com os Estados Unidos, aderindo às reformas liberais recomendadas pela América. As reformas foram realmente importantes para aumentar as capacidades materiais da Índia e para lançar o país como um ator importante no novo milênio.

Palavras-Chave: Índia. Emergência Indiana. Reformas econômicas.



ABSTRACT

The end of the Cold War represented a big change in the International System. Several new actors emerged in the international scenario, the fall of the Soviet Union forced a large number of States to modify their insertion strategy. The United States apparently won the Cold War, however, although they had an immense advantage in the military and technological sectors above the other actors of the system, they were not the only power core on the new configuration of International System. In this period that India emerges as a big economic, and consequently political, power in the asian continent. In the decade of 1990 India promoted a series of economic reforms with a liberal bias that allowed the country to achieve high levels of economic growth. This work aims to analyze the internal and external factors that induced India to promote the economic reforms. Through a literature review the work analyzes foremost the changes in the International System after de end of the Cold War. Then the nature of the reforms are explored, hence is made an analyze of the impacts of the reforms at the Indian external posture. Since the independence India built its economic structure based on socialists principles. The fall of the Soviet Union meant the loss of an important ally to India. Both countries had an expressive partnership in the field of economy and military strategy. Therefore, India was compelled to seek for new strong partners. The Indian State promoted an approximation with the United States, adhering to the liberal reforms recommended by America. The reforms were really important to increase the material capacities of India and to launch the country as an important actor in the new millennium.

Keywords: India. Indian Emergence. Economic Reforms.



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento do PIB indiano.....	48
Gráfico 2 – Participação de cada setor no PIB (1950 -1951)	49
Gráfico 3 – Participação de cada setor no PIB (2011-2012)	49
Gráfico 4 – Aumento do número de membros do setor militar indiano.....	57
Gráfico 5 – Evolução dos gastos indianos com o setor militar	57



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. A RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL PÓS GUERRA FRIA: O CASO DA ÁSIA ORIENTAL E DO SUBCONTINENTE INDIANO	13
2.1 O FIM DA GUERRA FRIA E A RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL	13
2.2 RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA: ÁSIA ORIENTAL E SUBCONTINENTE INDIANO	17
2.3 O PROCESSO DE ASCENSÃO DA ÍNDIA: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	26
3. MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NA ÍNDIA NO PERÍODO PÓS GUERRA FRIA	32
3.1 DA INDEPENDÊNCIA AO PROTECIONISMO	32
3.2 A CRISE DE 1991 E A LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA INDIANA	40
3.3 AS REFORMAS DA DÉCADA DE 1990	42
3.4 A NOVA ESTRATÉGIA ECONÔMICA INDIANA: A IMPORTÂNCIA DO SETOR TERCIÁRIO E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	49
4. A ASCENSÃO INDIANA: IMPACTO REGIONAL	54
4.1 A PASSAGEM DO IDEALISMO AO REALISMO NA POLÍTICA EXTERNA INDIANA	54
4.2 A QUESTÃO NUCLEAR INDIANA: DA AMBIGUIDADE AO POSICIONAMENTO	58
4.3 ÍNDIA: A PROSPERIDADE ECONÔMICA E A ATUAÇÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73



1 INTRODUÇÃO

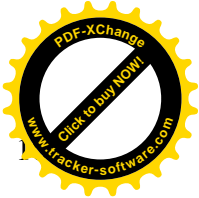
O fim da Guerra Fria constituiu um marco nos estudos de política internacional. O conflito bipolar que balizava o posicionamento dos países em função das duas superpotências ruiu, descortinando então uma nova etapa para as relações internacionais. Observou-se a emergência de novos atores no cenário internacional, bem como a ressignificação da importância de muitos dos atores já existentes. A Índia é um desses atores cuja importância se alterou no período pós Guerra Fria, ganhando maior proeminência política e econômica.

A Índia realizou uma série de reformas econômicas no início da década de 1990, o que permitiu que o país atingisse contínuos índices elevados de crescimento econômico. A prosperidade auferida traduziu-se não apenas em um aumento de suas capacidades econômicas, mas também bélicas. Atualmente o país encontra-se na posição de maior importador de armas do mundo, tem sua economia entre as maiores no ranking mundial e possui uma considerável capacidade nuclear. O modelo de desenvolvimento econômico indiano tem uma abordagem diferente, apoiando-se principalmente no setor terciário e na afluência do capital estrangeiro.

O problema que norteia a presente pesquisa é justamente elucidar a questão de como se deu a ascensão da Índia à posição de potência emergente no período pós Guerra Fria. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar as conjunturas externa e interna que permitiram a ascensão indiana. Quanto aos objetivos específicos, estes são: analisar a situação da Ásia Oriental e do Subcontinente indiano no processo de reconfiguração do Sistema Internacional no período pós Guerra Fria; explorar as mudanças internas, políticas e econômicas, ocorridas na Índia após o início da década de 1990 e investigar as mudanças no posicionamento da Índia frente aos demais atores da região no período pós Guerra Fria.

Em relação aos fundamentos metodológicos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que se propõe a analisar e descrever o processo de ascensão indiana. Quanto à abordagem, devido ao caráter teórico da investigação, optou-se pela abordagem qualitativa. Sobre as técnicas de pesquisa utilizadas houve o uso da revisão bibliográfica. O método de pesquisa escolhido para a condução da análise foi o método hipotético-dedutivo.

Tendo em vista a opção pelo uso do método hipotético-dedutivo, após a elaboração do problema de pesquisa que nortearia a condução da monografia,

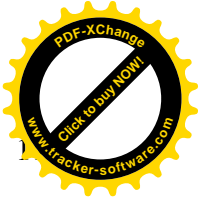


criou-se uma resposta provisória para o problema, cuja veracidade foi testada durante a pesquisa. Trabalhou-se então com a hipótese de que a ascensão da Índia se deu não apenas devido à série de mudanças econômicas internas de cunho liberalizante, mas também devido à conjuntura externa de rompimento da ordem internacional vigente, propiciando uma mobilidade relativa entre as três camadas da economia mundo (periferia, semi periferia e centro). Com o colapso da União Soviética e a aparente vitória americana, os Estados Unidos esforçaram-se para reconstruir a ordem internacional de acordo com os seus interesses, com os quais a liberalização das relações econômicas no mercado internacional estava em perfeita consonância, havendo assim pressão para que medidas nesse sentido fossem amplamente adotadas.

Especialmente em relação aos países periféricos, essa pressão para a liberalização era algo sensível, pois aprofundaria o poder do centro sobre estes, consubstanciando-se então uma nova forma de dominação sobre os mesmos. Ainda assim reconhece-se que as reformas econômicas na Índia já tinham sido iniciadas, porém com menos intensidade, uma década antes. Inferiu-se então, que a conjuntura externa foi importante no processo, porém a articulação interna, tanto política, quanto econômica, foi igualmente fundamental para a ascensão indiana à posição de potência emergente.

O primeiro capítulo do trabalho intitulado “A reconfiguração do Sistema Internacional pós Guerra Fria: o caso da Ásia Oriental e do subcontinente indiano” encontra-se subdividido em três partes. Primeiramente faz-se um panorama acerca das considerações teóricas sobre o momento de reconfiguração do Sistema Internacional inaugurado com a queda da União Soviética. Em seguida, explana-se a formação de uma conjuntura internacional balizada pela liderança estadunidense e a consequente difusão do corolário neoliberal. São descritas as diferentes respostas das economias periféricas mediante a adoção das medidas propagandeadas pelo ideário de cunho liberal.

No decorrer do capítulo o foco recai sobre a situação da região da Ásia Oriental. Utiliza-se do suporte teórico de autores como Wallerstein e Arrighi para discorrer acerca da ascensão econômica da região e a situação de seus Estados durante a Guerra Fria. O aporte dos autores auxilia ainda a aclarar a situação destes países com o fim da Guerra Fria, bem como seu protagonismo crescente na nova ordem mundial.



Busca-se então montar um quadro geral apresentando as principais características da dinâmica político-econômica da região. Enfatiza-se como o fim da Guerra Fria alterou os padrões de colaboração e conflito regionais, ademais do peso da herança desse conflito nos países da região, como fica evidente no caso das Coreias, por exemplo. A situação do subcontinente indiano, mais especificamente da Índia é então exposta com maior detalhamento, descrevendo-se a sua rivalidade histórica com o vizinho Paquistão desde a formação do Estado paquistanês.

Após ter-se discorrido acerca da situação da Índia, é apontada a base teórica que serve de suporte para a análise da interpretação do processo de ascensão do país, a partir dos dados recolhidos através da revisão bibliográfica. Elenca-se a Teoria do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein como instrumento para compreender a mobilidade dos Estados dentro da pirâmide da economia mundial. Os conceitos fornecidos pelo autor são amplamente usados durante a pesquisa. Para qualificar a contribuição de Wallerstein, utilizam-se também as considerações de Giovanni Arrighi. Promove-se um diálogo entre os autores que fornece as bases para a construção da análise feita no final do segundo capítulo.

O segundo capítulo “Mudanças políticas e econômicas na Índia no período pós Guerra Fria” divide-se também em quatro subcapítulos. Inicia-se fazendo uma retrospectiva do período da independência e, por conseguinte, da formação do Estado Indiano. Salienta-se a formação política e econômica do país, bem como seu posicionamento externo e as percepções acerca da economia política internacional dos líderes da época. Apresenta-se como a Índia construiu suas bases econômicas no período pós-independência fortemente influenciada pelo modelo soviético e a forma pela qual o modelo entrou em colapso. O fato de o modelo de economia planificada ter entrado em colapso atuou como um dos fatores internos que influenciaram a adoção de medidas econômicas rumo à liberalização, as quais foram responsáveis pela ascensão econômica indiana.

Na sequência disserta-se sobre as contradições internas que levaram o modelo de economia quase autárquica adotado pela Índia entrar em colapso e configurar um condicionante favorável à liberalização. Após essa retomada histórica apresenta-se o conteúdo das reformas econômicas propriamente ditas. Por fim expõem-se as peculiaridades da nova estratégia de desenvolvimento econômico formulada pelos estadistas e economistas indianos no período pós Guerra Fria.



Assim como o primeiro, o terceiro capítulo que leva o título de “A ascensão indiana: impacto regional” possui três subcapítulos. Trabalham-se então a mudanças que o fim da Guerra Fria ocasionou na política externa indiana. Esta passou a apresentar um maior pragmatismo, que passou pela afirmação nuclear do país. A ambiguidade do país sobre o tema da tecnologia nuclear é uma questão que permeia as discussões políticas internas do Estado Indiano desde a sua criação. O país enfrenta na década de 1990 um dilema entre afirmar-se ou não como uma potência nuclear, indo contra anos de defesa do desarmamento e do uso não bélico para a tecnologia nuclear. A fim de auxiliar no entendimento da opção final indiana por afirmar de fato suas intenções de utilizar a tecnologia militar para fins bélicos, é utilizado o suporte de Kenneth Waltz. Elencam-se alguns dos principais pontos do corolário do autor que permitem jogar uma luz sob o dilema indiano e assimilar mais facilmente a decisão da Índia por afirmar-se como uma potência nuclear.

É abordado então o delicado jogo de poder ensaiado entre as intenções indianas, americanas e chinesas na região, bem como o esboço de padrões de cooperação e conflito entre esses três países. Outro ponto importante é a importância da Look East Policy (lançada no início da década de 1990) como parte da estratégia indiana de buscar uma maior multilateralização da sua política externa.

Uma vez que nos encontramos ainda em um período de reconfiguração da ordem mundial e que as relações que determinaram o novo arranjo que balizará as interações interestais, bem como o jogo de poder no cenário mundial, esse movimento de emergência de novos poderes e de ressignificação da importância de outros é um campo fecundo de estudos e cuja compreensão é essencial para a área das Relações Internacionais. A importância de estudos desse tipo é enfatizada devido ao fato de que, enquanto acadêmicos da área de Relações Internacionais, cujo interesse é compreender as relações entre os Estados, analisar a influência das conjunturas históricas que condicionam os diversos atores do Sistema e as mudanças e processos que o transformam, faz-se imprescindível entender as mudanças que estão ocorrendo e delineando essa nova ordem internacional. Ademais, como acadêmicos da área situados em países periféricos, ou semi periféricos, compreendermos como se dá o processo de mobilização entre as camadas da estratificação da economia mundial é de suma relevância.



2. A RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL PÓS GUERRA FRIA: O CASO DA ÁSIA ORIENTAL E DO SUBCONTINENTE INDIANO

2.1 O fim da Guerra Fria e a reconfiguração do Sistema Internacional

A dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no ano de 1991 marcou o fim do ordenamento mundial que regia as relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa ordem mundial era pautada na forte bipolaridade entre as duas superpotências da época: Estados Unidos e União Soviética. A dissolução da URSS gerou grande instabilidade e incerteza no Sistema Internacional, uma vez que a conjuntura bipolar balizava o posicionamento de todos os países dentro do sistema. Se o mundo era até então regido pela disputa entre as duas superpotências, como se dariam as relações agora? Qual seria o novo ordenamento que se configuraria no palco internacional? Para muitos, a dissolução da URSS significou a supremacia do modo de produção capitalista e consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica. Krauthammer (2008) é um dos autores que afirma que a bipolaridade não foi substituída por uma ordem multipolar, mas por uma unipolaridade cujo centro incontestado de poder mundial era os EUA.

De fato, surgiram diversos esforços teóricos, a fim de compreender a nova conjuntura que se formava. Fukuyama em sua obra “O fim da história e o último homem”, preconizava que já não haveria mais grandes guerras sangrentas, que o povo já não se disporia a morrer em batalhas e que as atividades econômicas se intensificariam cada vez mais. Para o autor, a abertura econômica seria o caminho para os países pobres gerarem “quantidades inimagináveis de nova riqueza, rapidamente fazendo desaparecer a distancia que os separava das potências capitalistas mais bem sucedidas da Europa e da América do Norte” (FUKUYAMA, 1992. p.71). Fukuyama ainda aponta como os Estados Unidos forneceria a base cultural e social para a nova estruturação política, sendo uma sociedade modelo. O autor enaltece de forma extremamente otimista a suposta vitória incontestada da potência capitalista e os benefícios da consolidação da hegemonia do modelo liberal. Para ele,

Todas as sociedades verdadeiramente liberais são, em princípio, dedicadas à eliminação das fontes convencionais de desigualdade. [...] O capitalismo é uma força dinâmica que se opõe constantemente aos relacionamentos sociais puramente convencionais, substituindo o privilégio herdado, por novas estratificações baseadas na habilidade e na educação. [...] Além disso, todas as democracias modernas regulamentam o comércio, redistribuem a renda dos ricos para os pobres e têm assumido um certo



grau de responsabilidade pelo bem estar social (FUKUYAMA, 1992. p.350-351).

Infelizmente, quase três décadas depois do fim da Guerra Fria, é possível constatar que suas previsões tão otimistas quanto aos efeitos benéficos da liberalização econômica para os países subdesenvolvidos não foram concretizadas. Ao contrário, a adoção do corolário liberal levou a grande maioria dos países pobres a aprofundarem sua assimetria em relação aos capitalistas desenvolvidos. Nesse sentido, Hobsbawm (2005) argumenta que as teorias em que se baseava esse corolário neoliberal eram elegantes, porém não tinham relação com a realidade e que as tentativas de instituir economias que se baseavam no princípio do livre mercado substituindo as economias soviético-socialistas culminaram em resultados desastrosos tanto social, quanto econômica e politicamente. A adoção dessas políticas de cunho liberal recebidas amplamente pelo consenso de Washington atuou no sentido de criar um mecanismo altamente eficaz de dominação econômica das regiões periféricas.

Fukuyama usa como exemplos dos efeitos benéficos da liberalização os países da Ásia Oriental, que de fato experimentaram um certo êxito econômico. Para Fukuyama estes países mostram como a liberalização econômica é imprescindível para o êxito econômico. Hobsbawm, por sua vez demonstra que as desigualdades socioeconômicas apenas se acirraram, e que os exemplos bem sucedidos, frutos da industrialização globalizante na Ásia Oriental (Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong) e Singapura, não representavam nem ao menos dois centésimos da população dos países dependentes. Pecequillo (2012) traz que a adoção das políticas neoliberais preconizadas pelo FMI, BIRD e EUA originou crises econômicas, sociais e políticas tanto no centro como na periferia, com características e intensidades diversas. Ecoando essa concepção, Medeiros (2005) aponta que na América Latina, no decorrer da década de 1990, a taxa de desemprego aumentou de forma considerável, destacadamente no Brasil e na Argentina. Nesse período, também, a região foi palco de uma grande emigração, tendo como destino os EUA. Percebeu-se igualmente um declínio no emprego formal, tanto no setor privado como público, concomitantemente a um aumento do emprego informal.

Outro autor que ganhou notoriedade ao teorizar sobre essa nova ordem mundial foi Huntington, com sua teoria do choque de civilizações. De acordo com



sua compreensão, os conflitos não se extinguiriam, como Fukuyama previa, mas sua motivação seria condicionada pelo fator civilizacional, que seria a fonte das tensões no século XXI. “Os agrupamentos mais importantes de Estados não são mais os três blocos da Guerra Fria, mas sim as sete ou oito civilizações principais do mundo” (HUNTINGTON, 1997, p.20).

Huntington acreditava, assim como Fukuyama, que haveria uma melhoria nas condições econômicas dos países subdesenvolvidos, no entanto “A medida em que sociedades não-ocidentais aumentam sua capacidade econômica, militar e política, elas cada vez mais trombeteiam as virtudes de seus próprios valores, instituições e cultura” (HUNTINGTON, 1997, p.111) Para ele, isso levaria a um inevitável choque entre as diferentes civilizações. Ele cria uma divisão do mundo elencando as seguintes matrizes civilizacionais: chinesa, japonesa, hindu, budista, islâmica, latino americana, ortodoxa e subsaariana. Cada civilização teria um Estado Líder, que melhor representaria a sua civilização. O autor ainda alerta que as zonas limítrofes entre as civilizações seriam os locais de maior tensão e propensão ao conflito. Não obstante, o que vemos ao longo da década e 1990 é que as motivações por trás dos conflitos internacionais ainda são eminentemente geopolíticas e econômicas, como ficou evidente na invasão ao Iraque, por exemplo.

Tendo em vista que ainda nos encontramos no processo de transição de hegemonia que teve início em 1991 com o colapso da União Soviética, a caracterização dessa nova ordem ainda não é clara e há uma grande pluralidade de opiniões acerca do tema na academia. Apesar de substancialmente diferentes, tanto a teoria de Fukuyama, quanto a de Huntington partem de uma mesma premissa, não problematizada por nenhum dos autores: a supremacia inegável dos Estados Unidos na configuração de poder no mundo pós Guerra Fria. Conclui-se então que a dissolução da URSS de fato foi um marco da consolidação da hegemonia norte americana? Alguns autores como Wallerstein (2003) e Ayerbe (2005) discordam e inclusive caracterizam os Estados Unidos como uma potência em declínio. Em sua obra “O Declínio do Poder Americano” Wallerstein elenca uma série de indicadores econômicos e políticos que sustentam a argumentação do declínio do poderio estadunidense. O autor utiliza-se de uma abordagem sistêmica para explicar as transições hegemônicas que ocorrem no sistema mundo.



Ayerbe (2005) concebe que os Estados Unidos encontram-se em uma posição diferente das potências hegemônicas anteriores, o que confere uma certa singularidade ao momento de transição hegemônica atual. Uma das características dessa posição peculiar dos Estados Unidos é o fato de que este, ainda que na posição de uma potência em declínio, não tem concorrentes no escopo militar. No entanto, os Estados Unidos tornaram-se dependentes de recursos financeiros de outros centros de acumulação de capital, principalmente do Japão e da Europa Ocidental, na administração do seu poderio. A percepção de Ayerbe vai de encontro com a de Wallerstein, quando este discorre que:

Nos anos 80, os Estados Unidos contraíram uma imensa dívida externa, a debitar seu keynesianismo militar, e nos 90, deram prioridade à redução dos seus gastos do Estado. Isso, por sua vez, produziu um impacto importante na sua capacidade de conduzir atividades militares. Por exemplo, a vitória militar estadunidense na Guerra do Golfo dependeu do fato de suas forças terem sido financiadas por quatro outros Estados: Arábia Saudita, Kuwait, Alemanha e Japão (WALLERSTEIN, 2001, p.70-71).

Depreende-se então, que a hegemonia americana não é plena, uma vez que os Estados Unidos dependem de terceiros para manter sua capacidade de intervenção nos conflitos contemporâneos. Para Ayerbe (2005), outra característica desse período de transição hegemônica atual é a constante diminuição do poder do estado em detrimento do setor privado transnacional. A compreensão de Wallerstein também está em consonância com esta percepção, uma vez que ele afirma que “Nós vivemos hoje, o primeiro período significativo de declínio do poder de Estado nos vários Estados que surgiram desde a criação do sistema-mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2001, p.78). Outra característica ressaltada por Ayerbe é que, diferentemente das transições hegemônicas anteriores, nas quais a ascensão de uma nova potência precipitou o declínio da anterior, os Estados Unidos não têm que lidar com uma potência emergente rival. Apesar de diversas análises apontarem para a crescente importância econômica de países asiáticos, como a China, o poderio militar americano ainda permanece incontestado.

Sendo assim, a situação dos Estados Unidos é *sui generis*. Claramente, o Estado já dá sinais de exaustão econômica, campo no qual já encontra forte rivalidade. Ainda assim, no espectro militar a potência em declínio ainda detém a supremacia. Isso, aliado ao fato de que as demais potências não se engajarem em formar uma coalizão que figurasse como uma contra-hegemonia, permitiu que os



EUA construísssem uma série de estruturas na tentativa de edificar a nova ordem sob a sua tutela. Esses esforços são notáveis desde pouco antes do fim oficial do conflito bipolar. O Consenso de Washington realizado em 1989, o qual resultou na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), representou o anseio estadunidense em reestruturar o Sistema Monetário Internacional de acordo com os seus interesses e reforçar sua posição enquanto ator principal na reconfiguração do Sistema Interacional. Apesar de tal empenho, a manutenção dessa posição é insustentável no longo prazo, uma vez que como traz Hobsbawm (2007) nem os EUA, ou outra potência tem a capacidade de estabelecer o controle da ordem internacional indefinidamente.

Com o fim da Guerra Fria, não só diversos novos atores estatais passaram a atuar no Sistema Internacional, mas também uma série de novos desafios conferiram uma maior complexidade à nova reconfiguração de poder e da dinâmica dos conflitos inter e intraestatais. É relevante lembrar que o período pós Guerra Fria caracteriza-se fortemente pela reemergência de conflitos religiosos, políticos, sociais, étnicos e estratégicos que estiveram abafados durante os anos do conflito bipolar, alicerçando grandes instabilidades na periferia, bem como a reorganização dos poderes regionais em zonas de influência (PECEQUILO, 2012). A título ilustrativo temos a situação da China e do Japão, que cooperavam com os EUA contra a União Soviética, mas com o fim da Guerra Fria os dois países asiáticos passaram a ver-se menos como parceiros estratégicos e mais como rivais históricos, o que figurou como um incômodo nas relações entre ambos os países.

2.2 Reconfiguração do Sistema: Ásia Oriental e Subcontinente indiano

O continente asiático foi uma região estratégica muito importante dentro da lógica da Guerra Fria, onde ambas as superpotências digladiaram, dentro dos parâmetros do conflito bipolar, a fim de consolidar suas zonas de influência. Três dentre os conflitos mais importantes do período bipolar foram travados na Ásia: o conflito envolvendo as Coreias, o conflito no Vietnã e o do Afeganistão. Wallerstein (2003) ressalta que a Ásia Oriental, em especial, encontrava-se na linha de frente dentro da lógica da geografia da Guerra Fria.



Durante o decorrer da Guerra Fria, as fronteiras entre as regiões da Ásia tornaram-se ainda mais rígidas e nítidas. O subcontinente indiano encontrava-se fortemente influenciado pelo neutralismo, o anel insular estava sob influência estadunidense, o sudeste asiático e o Oriente Médio estavam em situação de disputa e conflito. Por fim, a massa continental estava ideologicamente ligada ao socialismo, subdividida entre a Ásia Central, China e Sibéria soviéticas. Contudo, com o fim da Guerra Fria, essas diversas barreiras que dividiam o continente ruíram (VIZENTINI, 1998).

Pereira (2013) discorre que na Ásia o impacto do fim da Guerra Fria não foi sentido tão de imediato como na Europa, mas que serviu de força motriz para mudanças fundamentais no padrão de relacionamento entre os países da região, alterando a balança de poderes na subregião da Ásia Oriental, tornando possível a cooperação entre estados que outrora percebiam um ao outro como rivais. De fato, Pecequillo (2012) chama atenção para a ausência de esforço das superpotências ou mesmo dos próprios países asiáticos em construir um arcabouço institucional que servisse para mediar suas relações interestatais, à exceção de algumas organizações multilaterais de viés econômico, durante o período da Guerra Fria.

A integração regional da Ásia Oriental teve como propulsora a relação pautada em interesses estratégicos entre Tóquio, Pequim e Seul, promovendo uma cooperação aparentemente inesperada, porém altamente eficaz entre os países do Nordeste Asiático. O fim da Guerra Fria permitiu essa aproximação paradoxal entre Estados com interesses econômicos similares. Todos compartilhavam um crescimento expressivo de suas economias, mas concomitantemente enfrentam uma série de tensões de caráter securitário. O desmoronamento da lógica bipolar que fornecia as diretrizes sob cuja égide deveriam se estabelecer as relações entre os Estados tornou possível essa maior interação entre os países da região, despertando-os para o regionalismo como instrumento para destacar-se no novo cenário internacional que ainda era incerto, mas dava sinais de erigir-se multipolar. A crise econômica de 1997 serviu como mais um fator que promoveu a consciência de uma necessidade de criar mecanismos regionais para lidar com situações de crise econômica e garantir a sustentabilidade do crescimento econômico da região. Em decorrência dessa percepção são criadas a ASEAN+3¹ e a EAS² (PEREIRA, 2013).

¹ Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), criada em 1967, como resultado de um acordo entre Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas e Tailândia. A associação engloba atualmente



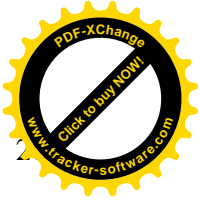
Compartilhando a visão de Pereira (2013), Vizentini (1998) afirma que o desaparecimento da URSS acarretou uma nova realidade no continente asiático. De acordo com o autor, a globalização passaria cada vez mais pelo fenômeno da regionalização, entendida aqui como a formação de polos econômicos embasados na integração em nível supranacional no escopo regional. Sendo assim, ele caracteriza a subregião da Ásia Oriental como emergindo de forma a constituir uma nova fronteira do capitalismo, deslocando o eixo de dinamismo econômico para o Pacífico em detrimento do Mediterrâneo e do Atlântico. Arrighi (2004) partilha dessa compreensão de deslocamento do eixo econômico, evidenciando o declínio da hegemonia Ocidental, notadamente Europa e EUA, bem como a simultânea ascensão econômica da Ásia. Para Arrighi,

“A substituição de uma região antiga (a América do Norte), por uma nova (o Leste Asiático) como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial, já é uma realidade” (ARRIGHI, 2004.p.344).

Wallerstein (2003), explica esse deslocamento do eixo econômico para a Ásia Oriental, e não para a América Latina ou outra região periférica, evocando o fato de que a Ásia Oriental foi palco dos momentos mais quentes da Guerra Fria, fazendo com que a importância estratégica da região conferisse-lhe maiores benefícios concedidos pelos EUA. Ele ressalta que o Japão figurou como um grande beneficiário econômico da Guerra da Coreia e da assistência norte-americana. O contexto da Guerra Fria levou também a Coreia do Sul e Taiwan a receberem uma série de auxílios econômicos, militares e políticos da superpotência estadunidense. Para Wallerstein, essa maior aproximação com os EUA dentro da dinâmica da Guerra Fria foi um fator decisivo para a ascensão da Ásia Oriental, tornando possível que esta fosse beneficiada com a realocação da atividade produtiva. Esse status de beneficiária da realocação produtiva durante uma fase de declínio dos ciclos de acumulação capitalista teria permitido uma melhoria do status econômico médio da Ásia Oriental. O autor traz que essas realocações em períodos de crise ocorrem uma vez que os grandes capitalistas buscam aumentar seus níveis individuais de

além dos membros originais Camboja, Laos, Vietnã, Mianmar e Brunei Darussalam. A adição do +3 à sigla é referente a participação da China, Japão e Coreia do Sul.

² East Asia Summit (EAS) trata-se da Cúpula da Ásia Oriental, um fórum realizado anualmente que inicialmente contava com a participação de líderes de 16 países do Leste Asiático, Sudeste Asiático e Sul da Ásia. Atualmente a cúpula foi expandida abarcando 18 países com a adição dos EUA e Rússia na sexta cúpula em 2011.



acumulação, promovendo tais colocações alternativas que lhes permitam auferir os maiores lucros possíveis.

Dialogando com essa compreensão, Arrighi (1997) compreende que deslocamentos espaciais do epicentro dos processos de acumulação de capital em escala mundial são característicos de períodos de transição dos ciclos sistêmicos de acumulação. Tais deslocamentos foram observados em todas as crises e expansões financeiras que caracterizaram a transição de um ciclo de acumulação para outro. O autor afirma que nesses ciclos sempre há a preponderância de uma nova liderança econômica em detrimento da antiga no escopo do comando da economia mundial. Arrighi (1997) conclui então que essa substituição de uma região antiga, no caso os EUA, por uma nova, representada pelo Leste asiático no papel de centro dinâmico mundial dos processos de acumulação capitalista já é um fato consumado que ocorre concomitantemente à perda de espaço e erosão do poderio norte americano.

O desgaste do poderio econômico norte-americano teve por consequência uma retração da sua presença estratégica na Ásia. Apesar disso parecer interessante para a soberania dos países da região, especialmente do leste asiático como China e Japão, a situação desperta preocupação em relação aos problemas da segurança regional. Vinentini (1998) explana que esse temor em relação à segurança regional afeta principalmente os Estados membros da ASEAN³ e que estes estão respondendo a essa nova situação engajando-se em esforços de cooperação tanto política quando econômica entre si, visando garantir além do progresso econômico mútuo, também a segurança militar da região.

O potencial econômico da China⁴, que atualmente encontra-se na posição de Segunda Economia mundial causa incertezas nos vizinhos, uma vez que

³ Malásia, Indonésia, Filipinas, Cingapura e Tailândia (1967); Brunei (1984); Vietnã (1985); Laos e Myanmar (1997) e Camboja (1999).

⁴ A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) publicou em julho de 2016 duas listagens com as 15 maiores economias do mundo, trazendo dados sobre o período de 2011 a 2021. Tendo como base o ano de 2015, o Fundo Monetário Internacional (FMI) trás estimativas para os dados que ainda não estão disponíveis, fazendo projeções para o futuro dessas 15 economias. Os dados apresentados são provenientes do World Economic Outlook Database, em abril de 2016. De acordo com essas projeções, a China tende a manter sua posição de segunda economia mundial ao longo de todo o período 2011- 2021. A Índia que estava em 10º lugar em 2011, passou para 9º em 2014, 7º em 2015 e as projeções são de que em 2019 suba para o sexto lugar e, no ano seguinte para o 5º. O Japão manteria sua posição como terceira economia mundial durante o período analisado e as projeções. Ainda nessa listagem outro país asiático têm proeminência: a Coreia do Sul. Esse país que estava na



notadamente durante a história, poderio econômico (cedo ou tarde) converte-se em poderio militar. O receio em relação à ascensão chinesa também atormenta os EUA, uma vez que a China começou a incrementar e modernizar o setor bélico. Isso leva a um inevitável ganho de autonomia no campo diplomático. A potência americana busca então atuar barrando o surgimento de polos de poder autônomos na Ásia, observando de perto e por vezes participando das cúpulas e reuniões entre os líderes regionais. Tal intenção estadunidense acaba levando o país a tomar atitudes consideradas invasivas na região, o que frequentemente ocasiona animosidade em relação às suas intenções no continente asiático. A preocupação americana em relação à China fica evidente em seus esforços para isolar a gigante asiática como ficou claro nos acordos celebrados com a Mongólia e apoiando o separatismo em Taiwan e no Tibete, bem como em suas tentativas de explorar as rivalidades da Índia e do Vietnã em relação a China para tentar utilizá-los como forma de conter a ascensão chinesa, instrumentalizando-os política economicamente (VIZENTINI, 1998). Um evento recente que ilustrou esse interesse estadunidense em relação à Índia foi o apoio dos EUA às ambições indianas de conquistar um assento no Conselho de Segurança.

É interessante perceber que o fim da Guerra Fria promoveu um rearranjo da aliança estadunidense com a China e a Índia. Durante a Guerra Fria, a Índia aproximou-se da URSS a fim de contrabalancear a aliança da China com os EUA. Já no novo cenário de ascensão econômica chinesa que faz com que a China figure como a maior rival econômica dos EUA, a potência americana refaz sua estratégia buscando aliar-se a Índia. Os EUA perceberam na Índia seu potencial econômico e político de lançar-se como potência regional (ainda que em menor medida que a China) e buscaram a aproximação com o país para contrabalancear o poderio chinês na Ásia. Se antes a URSS aproximou-se da Índia quando suas relações com a China estremeceram, no cenário pós Guerra Fria a China e a Rússia têm apresentado uma aproximação considerável. A China, ciente da aproximação indo-americana e os interesses americanos por trás desta, reagiu procurando promover uma intensificação de suas relações com a Índia (PAUTASSO, 2006).

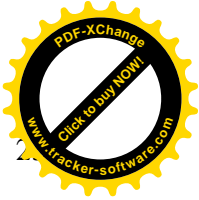
14º em 2011, ascende para 13º em 2014, 11º em 2015 e tende a manter essa posição nas projeções do FMI, até 2021.



Ainda sobre a dinâmica regional nesse período de transição do pós Guerra Fria, Amorim e Silva (2014) apontam para uma aproximação espontânea entre Índia e Japão, outros dois países asiáticos com suas economias situadas entre as maiores do mundo, tendo em vista contrabalancear a ascensão chinesa. Mas o fato é que todos esses movimentos de reação à ascensão chinesa são demasiadamente sutis dentro do jogo de poder asiático. Apesar de haver certo receio em relação às incertezas da ascensão chinesa, os países asiáticos estão buscando de forma veemente a cooperação. É possível dizer que há um predomínio da compreensão de que a cooperação é vantajosa tanto econômica quanto politicamente, particularmente no longo prazo, sendo os entraves e rivalidades a ela tratados com uma cautela pragmática.

Vizentini (1998) percebe que a cooperação entre os países asiáticos e os avanços no sentido da integração regional têm um poder considerável de influenciar na modelagem da Nova Ordem Mundial que se erige nesse período de reconfiguração do Sistema Internacional pós Guerra Fria. O autor embasa sua argumentação evidenciando que não apenas o continente abriga o maior centro de crescimento econômico em escala mundial, mas também porque o perfil dos processos de integração em curso na Ásia são distintos dos demais, que são fortemente influenciados pelo ideário neoliberal. Ele infere ainda que a presença da China nos processos de integração é um fator que, acima das rivalidades regionais, confere maior densidade e proeminência para projeção internacional a estes.

Após o fim da Guerra Fria, o Japão que figurara como Estado pivô da presença norte americana na Ásia e tinha sido o primeiro país asiático a ascender como potência econômica mundial experimentou um longo período de estagnação econômica ao longo da década de 1990, o que se agravou com a crise de 1997. Como já mencionado, o Japão se beneficiou muito da ajuda estadunidense ao longo do conflito bipolar, isso aliado às mudanças econômicas internas na década de 1970 voltadas à industrialização e modernização do setor produtivo fizeram com que o país ascendesse economicamente. No entanto, no cenário do pós Guerra Fria nesse fim do século XX e início do XXI o Japão têm perdido proeminência regional. A vertiginosa ascensão chinesa, seguida pelo assombroso crescimento econômico indiano e a tentativa desses dois países em ganhar mais espaço no cenário regional acabaram ofuscando de certa forma o pioneiro Japão. Sua proximidade com os EUA



e sua limitação quanto ao desenvolvimento do setor militar⁵ são fatores que influenciaram nesse processo de perda de espaço.

A península coreana, palco de um dos momentos mais quentes da Guerra Fria, a Guerra da Coreia, é indubitavelmente uma das regiões cuja herança da época do conflito bipolar é mais marcante no desenrolar de sua história no Pós Guerra Fria. Em 1950, a Coreia do Norte invade a Coreia do sul iniciando um conflito que durou cerca de três anos, resultando em perdas materiais e humanas drásticas em toda a península. A Coreia do Norte contou com o apoio chinês, sob a orientação ideológica do comunismo, em oposição à Coreia do Sul apoiada pela superpotência americana e demais potências capitalistas ocidentais, que utilizaram-se da ONU para instrumentalizar seu apoio. Em 1953, acorda-se um armistício⁶ que determinava um empate entre as duas Coreias no conflito.

A Coreia do norte mantém-se como um dos poucos países no pós Guerra Fria a optarem por uma política de viés socialista, o que lhe confere um papel de pária dentro da visão norte americana em um Sistema Internacional cada vez mais pautado pelo ideário neoliberal, com um Sistema Monetário Internacional erigido sob os interesses das potências capitalistas. Pecequilo (2012) ressalta que ao longo da década de 1990 a Coreia do Norte foi tida como um Estado bandido pela diplomacia estadunidense e classificada como parte do Eixo do Mal durante a era Bush filho. O desenvolvimento do programa nuclear da Coreia do Norte também contribuiu para os EUA justificarem sua marginalização no cenário internacional. Pecequilo (2012) traz que ainda no início dos anos 1990, a Coreia do Norte, encurralada pela crescente pressão rumo à liberalização promovida com maior intensidade no imediato pós Guerra Fria e pelo seu isolamento, promoveu uma aceleração do seu programa nuclear. A autora aponta ainda para como o fato resultou em um acordo bilateral⁷ entre a Coreia do Norte e os EUA. O acordo previa que a Coreia do Norte deveria suspender seus programas nucleares, bem como atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e produção de plutônio (ainda que os fins fossem pacíficos

⁵ Está expresso no artigo 9º da Constituição japonesa que o país não pode desenvolver forças militares ofensivas e deve abdicar da guerra, cessando qualquer pretensão hegemônica que o país possa ter (PECEQUILO, 2012). Tal disposição legal foi o legado da imposição estadunidense ao Japão em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

⁶ Armistício de Paemunjon.

⁷ Mediado pelo presidente Jimmy Carter o acordo é conhecido como Agreed Framework.



para a produção de energia) e em troca os EUA forneceriam ajuda humanitária. Posteriormente, a Coreia do Norte acusa os EUA de não cumprirem com o acordo. Sendo assim, o país asiático fez um teste com um míssil de médio alcance (uma vez que não havia de fato realizado a desativação completa de suas instalações nucleares), gerando tensão internacional.

Em 1992, há a promulgação da Declaração Conjunta para Desnuclearização da Península Coreana e, em 1999, as sanções econômicas à Coreia do Norte são suavizadas e há a promoção de uma reaproximação⁸ com a Coreia do Sul. A tensão relativa à questão nuclear da Coreia do Norte é de fato um dos entraves securitários que se desenrola na Ásia Oriental durante essa transição da Ordem Internacional. A questão serve também para justificar a presença militar americana na região, não apenas para a afirmação da soberania norte coreana.

Outro ator regional de grande importância na Ásia é a Índia, que emerge com o intuito de ganhar destaque no cenário internacional disputando proeminência regional com a vizinha China. Durante a Guerra Fria a Índia militou pelo neutralismo, buscando uma posição de liderança entre os países de Terceiro Mundo. O país pretendia diferenciar-se no ambiente bipolar tentando inserir-se da forma mais independente possível dentro do contexto de alinhamento com as duas superpotências. Todavia, o país teve uma aproximação significativa com a URSS. Jubran (2013) salienta que essa aproximação é compreensível, uma vez que a União Soviética empenhou-se na luta anti colonialista que se desenrolou na África e na Ásia, apoiando a independência indiana.

No decurso do processo de independência, ocorreu uma cisão interna originando o Estado do Paquistão, que desde sua formação figurou como grande rival da Índia. Essa bipartição da colônia britânica se deu em grande parte pela influência dos próprios colonizadores, que buscaram estimular as rivalidades entre as diferentes comunidades religiosas, a fim de enfraquecer o movimento independentista. Em especial, incitou-se a desconfiança na comunidade muçulmana na Índia, que desfrutava de alguns privilégios concedidos pelos ingleses. A comunidade foi induzida a temer a maioria hindu. Estes temores foram alimentados pela emergência do nacionalismo hindu. A tensão política entre muçulmanos e

⁸ Sunshine Policy



hindus chegou a tal ponto que a Indian Muslim League (partido muçulmano) decidiu iniciar uma forte campanha para dividir a Índia Britânica entre uma Índia com a maioria hindu e outra com a maioria muçulmana (Paquistão). Essa divisão resultou em uma imigração em massa de cerca de 14.5 milhões de pessoas tanto da Índia para o Paquistão, quanto do Paquistão para a Índia. Isso não se deu de forma pacífica, aproximadamente um milhão de pessoas entre sikhs, hindus e muçulmanos morreram no processo. (ARORA, 2008).

As contendas com o Paquistão, principalmente na região fronteira da Caxemira, desejada por ambos os Estados, levou os dois países à guerra mais de uma vez. A União Soviética apoiou a Índia no primeiro conflito, fazendo uso do veto no Conselho de Segurança, a fim de barrar uma resolução que previa a realização de um plebiscito nas regiões disputadas (JUBRAN, 2013).

Em relação aos Estados Unidos, estes apresentavam proximidade nas relações com o Paquistão. Esse estreitamento na relação entre os dois países se dava em grande parte a questões estratégicas na região do Afeganistão. O Paquistão, porém, veio posteriormente a distanciar-se dos Estados Unidos, passando de aliado para inimigo, na concepção da Política externa americana. Isso se deu devido às acusações do Estado Paquistanês patrocinar o terrorismo internacional e por promover programas de proliferação de armas de destruição em massa (PECEQUILLO, 2012).

Com o fim Guerra Fria, o Estado Indiano reaproximou-se dos EUA. O interesse americano recaiu mais sobre a Índia, uma vez que os EUA se distanciaram cada vez mais do Paquistão, insatisfeitos com o apoio do Paquistão à atividades de grupos fundamentalistas.

No pós-Guerra Fria, a Índia assumiu uma postura de defesa de uma configuração multipolar do Sistema Internacional, demandando a democratização dos Organismos Governamentais Internacionais, assim como buscando ainda proeminência entre os países do antigo Terceiro Mundo, priorizando as relações Sul-Sul na sua agenda externa. De acordo com Dutta (1997), o poderio econômico e militar da Índia está crescendo e seu status internacional experimentou uma notável mudança. Nesse sentido, Pecequilo (2012) indica que essa postura de autonomia e prestígio no eixo Sul, vêm a converter-se em um maior reconhecimento em nível das relações com o Norte.



Como pode-se observar, a Ásia possui um papel central nessa reconstrução da Ordem Internacional, reivindicando maior protagonismo nessa nova era. A ascensão econômica da Ásia Oriental iniciada ainda com a modernização e industrialização japonesa, ganha força e culmina com o desabrochar da China como um dos atores mais importantes no cenário econômico mundial, sobrepassando as tradicionais potências ocidentais. Não só no cenário econômico, o poderio chinês gera um rearranjo da posição e das alianças estadunidense na Ásia, bem como na dinâmica das relações internas do continente. Nesse sentido, a Índia emerge como quadruante nesse cenário de liderança regional, buscando cada vez maior proeminência a nível regional e mundial. A Índia também apresentou nas últimas décadas um crescimento econômico e investimento expressivo no setor militar. Desde que liderava o Movimento dos Não-Alinhados, a Índia mostra suas ambições de projetar-se internacionalmente de forma assertiva e independente.

O cenário asiático apresenta-se promissor na nova era, porém várias questões internas ainda configuram desafios, tais como a reação dos outros países frente a ascensão chinesa, a controversa presença militar americana na região e as questões nucleares. Ainda assim, é notório que tais questões estão sendo tratadas de forma pragmática, priorizando o crescimento econômico e o desenvolvimento de relações intra asiáticas cordiais. O jogo de alianças e coalizões no tabuleiro asiático da nova era é demasiadamente sutil, sendo as rivalidades internas conduzidas com cautela, compreendendo-se o potencial da região e o papel chave da cooperação no processo de ascensão da região.

2.3 O processo de ascensão da Índia: uma aproximação teórica

Para compreender a ascensão indiana, far-se-á necessário construir a análise deste processo fazendo uso de mais de um nível analítico. Isso se torna imprescindível uma vez que a hipótese inicial da presente pesquisa é justamente que a junção entre fatores internos e externos foi o que corroborou para a ascensão econômica e política da Índia no cenário internacional no período pós Guerra Fria. Assume-se então que a conjuntura internacional teve influência na política interna indiana, mas que o papel do Estado indiano não foi passivo frente a essa influência,



agindo de forma pragmática para atingir seus objetivos em consonância com o seu interesse nacional.

Logo, faz-se necessário para a construção da análise, que poderá refutar ou comprovar a hipótese inicial, analisar as esferas principais do espectro de características do Estado indiano, tais como a política interna e a conjuntura da política internacional no momento em que a Índia realizou as mudanças econômicas que levaram à promoção do seu crescimento econômico. Faz-se ainda preciso, para que haja maior qualidade na análise, o uso de um suporte teórico na esfera da economia política internacional. Isso permitirá compreender a posição da Índia no cenário internacional e na economia mundial, bem como o papel crucial do Estado indiano no processo de ascensão do país.

Para entender o processo de ascensão da economia indiana e seu impacto não só na economia mundial, mas também no Sistema Internacional optou-se observá-la à luz de uma abordagem sistêmica, a fim de compreender o processo histórico que forneceu as condições que possibilitaram essa elevação do status indiano no plano internacional. Ao construir essa base para a análise, torna-se mais fácil o exame do impacto da ascensão indiana no período pós Guerra Fria, claramente um período de reconfiguração do ordenamento mundial, como explanado anteriormente.

Para compreender a conjuntura externa que influenciou na ascensão indiana, utilizar-se-á como um dos suportes teóricos a Teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein. Essa teoria oferece uma abordagem crítica das Relações Internacionais, partindo de uma perspectiva histórica para construir suas análises na área.

A teoria do Sistema Mundo, por meio de uma abordagem macrossociológica, busca explicar a dinâmica da Economia Mundo Capitalista. Para Wallerstein, o Sistema Mundo define-se como um sistema social, possuindo limites, estruturas, regras que tem o intuito de induzir a sua legitimação e um certo grau de coerência. Ele é também dinâmico, tendo em vista que os grupos que o compõe são essencialmente dinâmicos e estão de forma perene engajados em lutas para modelar o sistema em seu proveito. A constituição do Sistema Mundo está intimamente ligada ao surgimento e desenvolvimento do capitalismo (MARIUTTI, 2004).

Para Wallerstein:



O sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista, o que significa que é governado pelo ímpeto de acumulação incessante de capital [...]. Este Sistema-Mundo nasceu ao longo do século XVI e [...] é constituído por uma economia mundial dominada por relações núcleo periféricas e uma estrutura política formada por Estados Soberanos dentro da Estrutura de um sistema de inter-Estados. (WALLERSTEIN, 2013, p. 67-68).

As relações núcleo periféricas destacadas por Wallerstein tratam-se de relações hierárquicas entre os Estados. Essas relações estão imbuídas de uma distribuição não equitativa de poder. Os Estados do núcleo, ou de centro, são os capitalistas desenvolvidos, detentores de alta tecnologia e, conseqüentemente, produtores de produtos de alto valor agregado. Os países periféricos são os os países produtores de *commodities*, essencialmente agroexportadores e dependentes do centro. Os países periféricos não possuem influência externa expressiva, tendo, inclusive, problemas em gerenciar o controle político interno. Sendo assim, trata-se de Estados muito sensíveis à pressões econômicas e políticas dos países do Centro. Porém o modelo de Wallerstein admite ainda uma terceira classe de países, que ele caracteriza como semi-periféricos.

A semi periferia seria um meio termo entre os dois grupos anteriormente citados. Ela é composta por países que, embora ainda apresentem uma pauta de exportação agrícola grande, já apresentam um certo grau de industrialização. Apesar de não produzir tecnologia, ela absorve tecnologia do Centro.

Apesar de tratar-se de uma relação hierárquica rígida, o autor afirma que podem existir deslocamentos geopolíticos significativos nos lócus de acumulação capitalista e de poder, ainda que não hajam mudanças nas relações fundamentais de desigualdade vigentes no âmago do sistema. A manutenção da desigualdade se dá uma vez que esta é inerente ao modo de produção capitalista. (WALLERSTEIN, 2013).

Utilizando-se da classificação de Wallerstein, a Índia se encaixaria na segunda camada da classificação proposta pelo autor. Ou seja, o Estado Indiano configura-se no Sistema-Mundo como um país semi-periférico. Essa consideração é importante para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que pode servir como base explicativa para a resolução do problema proposto acerca da ascensão deste país no período do pós Guerra Fria. Para o autor, alguns países semi-periféricos tenderiam a se beneficiar desses deslocamentos geopolíticos nos lócus de acumulação capitalista e de poder.



Outra contribuição teórica que será cara à realização da pesquisa é a do autor Giovanni Arrighi, que dialoga com a teoria do Sistema Mundo de Wallerstein, trazendo contribuições relevantes, principalmente quanto a especificação das definições das três camadas da hierarquia da economia mundial, bem como em relação às atividades típicas de cada uma destas camadas e do processo de mobilidade entre elas. Para que se compreenda a análise de Arrighi sobre a estratificação da economia mundo é importante ter clara a noção do que ele considera como atividades de núcleo (o autor utiliza o termo **núcleo orgânico**) e de periferia. Para o autor,

[...] as atividades de núcleo orgânico comandam recompensas agregadas que incorporam a maioria dos, se não todos os, benefícios globais da divisão mundial do trabalho, enquanto que as atividades de periferia comandam recompensas agregadas que incorporam poucos, se é que incorporam algum, daqueles benefícios [...]. Quanto maior o peso das atividades periféricas na combinação que se encontra dentro da jurisdição de um dado Estado, menor será a parcela dos benefícios totais da divisão mundial do trabalho comandada pelos residentes daquele Estado. Inversamente, quanto maior o peso das atividades de núcleo orgânico, maior será a parcela daqueles benefícios comandada pelos residentes de um Estado (ARRIGHI, 1997. p.162-163).

Para Arrighi (1997), a semiperiferia trata-se de uma camada especialmente importante na estratificação da economia mundial. De acordo com ele, a combinação razoavelmente balanceada entre atividades de periferia e de núcleo orgânico que está sob a jurisdição dos Estados da semi periferia, confere a estes a oportunidade de resistir à periferização. Essa resistência se dá por meio da exploração de sua vantagem de receitas em relação aos Estados periféricos, assim como da sua vantagem de custo sobre os Estados do núcleo orgânico. O Estado semiperiférico pode então optar por três formas de ação para montar sua estratégia para resistir à periferização e/ ou buscar melhorar sua posição no sistema. A primeira opção seria recorrer a um isolamento das pressões competitivas fortalecendo o vínculo entre as atividades de núcleo orgânico e de periferia que estão sob sua jurisdição. A segunda possibilidade seria buscar seguir a política oposta, fortalecendo alguma vantagem de custo de produção que possui em relação ao núcleo orgânico, entrando em competição com este neste segmento específico. A terceira opção trata-se da tentativa de combinar ambas as estratégias, promovendo um certo grau de proteção de atividades de núcleo orgânico no interior de suas fronteiras, concomitantemente



com a intensificação da competição nas atividades de núcleo orgânico que estão fora de suas fronteiras.

Independentemente da estratégia escolhida, a ação do Estado semiperiférico é imprescindível, uma vez que este pode explorar de forma seletiva as tendências de periferização da economia mundial, por vezes neutralizando-as. Não obstante, essas estratégias podem gerar resultados contraproducentes na melhoria da combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia no interior destes Estados. Ao optar pela primeira opção, os Estados podem ter como efeitos colaterais a privação das vantagens de operar em um espaço econômico mais amplo, além do incentivo de gerar inovações continuamente que sozinhas podem reproduzir as posições do núcleo orgânico. Ao optar pela segunda opção há o risco de que promovendo a competição em uma atividade com o núcleo orgânico, esta atividade venha a transformar-se em uma atividade periférica (ARRIGHI, 1997).

Assim como Wallerstein (2013), Arrighi (1997) admite que haja mobilidade entre a periferia, semiperiferia e o núcleo orgânico. Segundo ele essa mobilidade constitui um mecanismo-chave de reprodução das três camadas. Contudo, ele reforça que se trata de uma exceção, sendo que a tendência é a permanência dos Estados nas zonas nas quais estão. Para o autor, ao lograr uma combinação inovadora de políticas econômicas ou uma conjuntura econômica favorável (ou ambos os fatores conjugados) os estados semiperiféricos poderiam auferir uma melhora da combinação de suas atividades tipicamente periféricas e de núcleo orgânico até tornarem-se Estados de núcleo orgânico. Ele traz ainda que para os estados do núcleo orgânico, a tarefa de manter-se em sua posição é relativamente fácil, já para os países periféricos conquistar uma elevação do seu status parece uma tarefa hercúlea, o que contribui para a relativa estabilidade da estrutura. No caso dos países periféricos a tendência é de que haja a capacidade de resistir ao processo de periferização, mas não a de ascender para a camada mais alta da pirâmide da economia mundial.

Depreende-se então que o Estado tem um papel ativo na combinação de atividades de periferia e de núcleo orgânico. Porém, Arrighi (1997) alerta que ainda que todos se empenhem em melhorar essa combinação ou em evitar o rebaixamento das combinações que tem, a capacidade de êxito desse empenho não é distribuída de forma equânime entre todos os Estados semiperiféricos. Isso se dá uma vez que o peso das atividades de núcleo orgânico e de periferia com as quais o



Estado conta dentro de suas fronteiras diferem de Estado para Estado. Para ele, a principal razão de existirem três camadas na hierarquia da economia internacional é justamente o fato de que esta encontra-se dividida em uma pluralidade de jurisdições de diferentes Estados com capacidades distintas de se impor ou de resistir ao fenômeno da periferização.

Após o contato com as considerações teóricas de Wallerstein e Arrighi, tem-se a base para a análise da ascensão indiana. No próximo capítulo iniciar-se-á com uma retomada histórica desde o período da independência da Índia, ressaltando as características mais relevantes acerca da constituição do país e da sua trajetória política, mas principalmente econômica até o fim da Guerra Fria. Em seguida expõe-se o conjunto de reformas liberalizantes adotadas no início da década de 1990 que permitiram ao país auferir contínuos resultados positivos de crescimento econômico desde então. Após fornecer essa base histórica, retomam-se as contribuições teóricas de Wallerstein e Arrighi, a fim de melhor compreender a elevação do status da Índia no cenário internacional e do papel do Estado indiano nesse processo.



3. MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NA ÍNDIA NO PERÍODO PÓS GUERRA FRIA.

Para melhor compreendermos as mudanças que ocorreram no escopo político e econômico na Índia no período pós Guerra Fria, é interessante fazer a análise tendo em vista alguns aspectos importantes da formação do país, cuja independência recente se deu justamente no contexto da Guerra Fria. Características particulares do processo de formação política e econômica do Estado indiano, bem como a sua herança colonial forneceram a base para a estruturação da inserção internacional indiana.

3.1 Da independência ao protecionismo

A Índia conquistou sua independência em 1947. O movimento nacional indiano, que já se organizava desde meados de 1857, ganhou mais força no período do fim da Primeira Guerra Mundial. Inspirado pelos ideais da Revolução Russa o movimento passou a incorporar ademais questões sociais e econômicas. O movimento também sofreu influência dos partidos socialistas europeus que se desenvolviam na época. Esses partidos apresentavam, em geral, ideais revolucionários, possuindo opiniões mais progressistas em relação ao processo de conquista e manutenção colonial. O Partido Trabalhista inglês, por exemplo, apresentava uma posição favorável em relação ao movimento indiano de cunho nacionalista (CAMPOS, 2015).

A ideia de um sentimento nacionalista na Índia, como traz Amina (2016), surgiu apenas no século XIX, uma vez que a formação social da Índia era extremamente segmentada e descentralizada, apresentando um grande número de vilas praticamente autossuficientes e independentes em relação ao poder central das grandes cidades. A emergência desse sentimento nacionalista foi uma consequência da ocupação britânica, que levou a uma necessidade de maior articulação e coesão interna para combater o domínio colonial.

Quando finalmente logrou a independência, o país viu-se herdando como legado da colonização britânica um país economicamente exaurido pela exploração colonial. A estrutura econômica anterior à ocupação europeia tinha como pilar a indústria têxtil artesanal, que fora destruída pelos colonizadores. Outra exportadora de tecidos, a Índia teve sua produção de tecidos destruída pelos

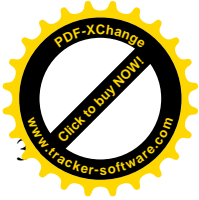


ingleses, sendo obrigada a importar o produto. O país tornou-se dependente da indústria têxtil pautada na produção industrial inglesa. Marx (1853), evidencia que as exportações britânicas de fios para a colônia indiana aumentaram exponencialmente numa proporção de 1 para 5.200 entre o período de 1818 até 1836. O autor aponta ainda que a organização social das aldeias indianas tinha por base a produção artesanal de tecidos e que a tecnologia da máquina a vapor conduziu ao esfacelamento da ligação entre a agricultura e a indústria artesanal que fornecia não apenas a base econômica, mas social da população nativa.

Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada (MARX, 1853. p.1).

Uma vez lograda a autonomia política descortinava-se uma série de desafios à formação política e econômica da Índia. Esse dilema se apresentou para todos os povos vítimas da colonização europeia. O domínio estrangeiro redefiniu a estrutura econômica e social locais e, depois de decorridos séculos de exploração, a tentativa de restaurar a lógica organizacional anterior à ocupação não era uma opção viável. As marcas deixadas pela colonização no âmago da cultura autóctone, por mais variada que sua intensidade possa ter sido, eram indelévels. Estas marcas não se traduziram apenas na organização socioeconômica, impactando igualmente o pensamento político indiano. De acordo com Amina (2016), figuras como Rousseau, Paine, Garibaldi e Mazzini inspiraram o movimento nacionalista indiano, por meio da disseminação de seus ideais no processo de difusão da educação ocidental moderna no século XIX. Este corolário que trazia consigo conceitos como patriotismo e democracia tiveram uma influência de peso na constituição do Estado Indiano pós-independência.

Logo, na esfera política, ao auferir sua autonomia em relação à Inglaterra a Índia optou por construir o seu Estado na forma de uma república parlamentarista secular e democrática. O partido que assume o poder na ocasião é o Partido do Congresso. O partido do Congresso foi constituído em 1885, proveniente da base



organizacional da oposição nacionalista quando esta começou a articular-se contra o domínio inglês (VIEIRA, 2009; MEHRA, 2007). Quem assume o cargo de Primeiro Ministro é Jawaharlal Nehru, que ao lado da figura emblemática de Mahatma Gandhi desempenhou um papel de liderança no processo de independência do país. Nehru seguiu no cargo mais importante do país até 1964 e desde então sua família esteve ligada ao poder. Tanto a filha de Nehru, Indira Gandhi, quanto seu neto, Rajiv Gandhi, ocuparam o cargo de Primeiro Ministro do país.

O Partido do Congresso esteve a frente da política indiana por grande parte do período pós-independência. A alternância do poder no país durante todo esse período se deu basicamente entre as coalizões lideradas pelo Partido do Congresso e pelo Bharatiya Janata Party (BJP), criado em 1980. O BJP é considerado um partido radical hindu (VIEIRA, 2009), tendo assumido diversas vezes posturas antimuçulmanas (MEHRA, 2007). O partido está permeado pelos ideais nacionalistas hindus. Swami (2003) chama a atenção para a diferença entre o nacionalismo indiano pregado pelo Partido do Congresso e o nacionalismo hindu propagado pelo BJP, sendo o último intimamente ligado à religião.

A influência do socialismo nos ideais de Nehru permeou todo seu longo governo como Primeiro Ministro. Tendo sido educado na Grã-Bretanha, ele foi um dos indianos que teve contato com o ideário dos pensadores europeus. Ele demonstrava-se atraído pelo corolário socialista que pregava a igualdade e passou a simpatizar com o modelo de economia planificada principalmente após sua visita, em 1927, à URSS (GANGULI, 1964). Apesar disso, ele não era um adepto do socialismo tal qual o modelo soviético. Nehru era um entusiasta da democracia e da paz, repudiando a forma violenta de revolução que servia de veículo para as transformações sociais dentro do receituário socialista. Ele, portanto, tinha uma visão própria de socialismo que influenciou as medidas políticas e econômicas que ele implementou no exercício do cargo de Primeiro Ministro. Vieira (2009) caracteriza a postura de Nehru como se tratando da adoção de um socialismo Fabiano⁹ para guiar as reformas institucionais.

Nehru acreditava que qualquer planejamento econômico assertivo passava pela proposição da socialização da estrutura econômica. Ao contrário dele, Gandhi

⁹ Socialismo Fabiano – corrente teórica surgida na Inglaterra no início do século XX que buscava a implementação dos ideais socialistas por meios não violentos, de forma pacífica, ao contrário da via revolucionária e, consequentemente violenta, preconizada por Marx.



suspeitava de qualquer tipo de socialismo, associando-o a inevitável violência. Gandhi insistia na promoção de um modelo econômico centrado na autossuficiência das pequenas aldeias ou *villages*, além de acreditar que a produção em massa tendo por base maquinaria, tinha efeitos maléficos. Já Nehru apostava no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e nos benefícios que este desenvolvimento poderia trazer para o setor agrícola e industrial, conseqüentemente trazendo melhoras no escopo social (GANGULI, 1964).

Sendo assim, sob a influência de Nehru, na esfera econômica, após a independência, a Índia estruturou sua economia tendo por base a forte presença estatal. Virmani (2006) caracteriza o período como uma “versão indiana do socialismo”. O país inspirou-se, em parte, no sucesso do modelo soviético e alemão nos quais a presença ampla do estado na economia apresentou resultados satisfatórios (VIEIRA, 2009).

A abertura econômica era vista como uma oportunidade para que a ingerência estrangeira se perpetuasse sob novas roupagens no pós-independência sendo, portanto, vista com muita desconfiança. Essa percepção era compreensível após as mazelas causadas pela ocupação europeia. Banik e Padovani (2014) descrevem que essa percepção do papel ameaçador das potências ocidentais (não só em questões de cunho econômico, mas também securitário) se consolida no debate indiano interno mesmo antes de se atingir a independência e encontra eco nos diferentes setores da burocracia estatal e partidos políticos promovendo assim consenso quanto à temática da ameaça representada pelos países desenvolvidos do Ocidente. No imediato pós-independência, portanto, a Índia ansiava por reafirmar sua recém-conquistada autonomia. Empreendeu-se então uma série de políticas intervencionistas. Vieira (2009) caracteriza o modelo instituído por Nehru como

[...] baseado na auto-suficiência, autarquização e na economia fechada de planificação estatal, caracterizava-se por uma estratégia econômica que visava à independência através da industrialização com alta intervenção estatal e substituição de importações, desenvolvimento da ciência e tecnologia para obtenção de autonomia estratégica além de uma política externa independente (VIEIRA, 2009 p. 34-35).



O modelo de planejamento econômico consubstanciou-se nos Planos Quinquenais elaborados pela Comissão de Planejamento da Índia¹⁰. O governo indiano ampliou suas ações na área econômica e social, restringiu a liberdade de competição dos agentes econômicos e adotou, como mencionado, a estratégia da substituição de importações. Tal conjunto de políticas veio a culminar em uma estagnação dos setores produtivos. O país buscava quase a autossuficiência. Vieira (2009) aponta ainda que o primeiro plano quinquenal lançado pelo governo em 1951 tenha obtido grande sucesso devido à situação superavitária gozada pelo país. Esse superávit foi atingido graças às suas exportações, que foram beneficiadas pela Guerra da Coréia, bem como pelo fluxo com destino à Inglaterra tido como contribuições para o esforço de guerra. Além disso, o setor agrícola foi também agraciado pelas monções aumentando a colheita e gerando assim um aumento da renda per capita e das reservas cambiais. Criaram-se também nessa época projetos de irrigação, institutos tecnológicos¹¹, universidades e fábricas de aço (BURALI, 2012).

O segundo plano quinquenal lançado em 1957 teve como meta principal fortalecer o setor de bens de capital, alocando um considerável volume de recursos no desenvolvimento da indústria pesada tais como produtos químicos, cimento, máquinas e equipamentos (SOUZA, 2005). Isso se deu uma vez que o modelo teórico no qual a Índia se inspirou (soviético) pressupunha a necessidade de a economia fechar-se e trabalhar com o setor de bens de capital e de bens de consumo, a hipótese cerne deste modelo é de que para que haja crescimento econômico faz-se preciso um aumento do investimento em relação ao PIB (BARBOSA, 2008).

No entanto, o segundo plano quinquenal, não possuindo uma conjuntura econômica tão favorável como a com a qual o primeiro contara, acabou levando a uma crise comercial que acarretou na promoção de um regime de importações exacerbadamente restrito que durou até meados dos anos 1980.

¹⁰ A Comissão de Planejamento foi criada em 1950 e a ela cabia a formulação, execução e acompanhamento dos planos quinquenais. A comissão tinha um papel crucial no modelo de desenvolvimento implementado pelo governo indiano no período de 1950- 1970, resistindo mesmo às reformas de 1991.

¹¹ São os chamados Indian Institutes of Technology



Sobre os planos quinquenais Vieira (2009) traz que:

A partir de então, estes planos buscavam a expansão progressiva da estatização dos meios de produção [...] e o ajuste das iniciativas privadas aos planos do governo através de restrições quantitativas, o que fez surgir no país uma imensa burocracia e um espaço propício para corrupção [...]. Como efeito dessas condições, o mercado interno indiano se tornou mal abastecido [...]. As empresas nacionais, pouco competitivas, eram protegidas por gigantescas tarifas de importação [...] e por um sistema de barreiras quantitativas (VIEIRA, 2009.p 35).

Em relação ao investimento estrangeiro, o país era extremamente seletivo, causando uma imagem amplamente percebida como hostil pelos investidores estrangeiros. Medidas como a imposição de um limite de 40% na participação de investidores estrangeiros de capital próprio era uma das medidas vigentes. Tal medida só não era válida para alguns casos específicos de algumas áreas de alta tecnologia. No setor de bens de consumo, os investimentos estrangeiros também eram desencorajados, a não ser que os produtores mostrassem comprometimento de que os produtos se destinariam à exportação (AHLUWALIA, 1994). A situação de fechamento a investimentos estrangeiros, conjugada com a redução do nível geral de investimentos e níveis baixos de poupança interna garantiram a Índia um crescimento econômico modesto entre 1950 e as duas décadas seguintes (BANIK; PADOVANI, 2014).

No início dos anos 1980 começou-se a reconhecer que o sistema de controles, com forte dependência do setor público e altamente protegido, com um tipo de industrialização voltado para dentro, poderia não proporcionar crescimento rápido em um cenário mundial cada vez mais competitivo. Na metade da década ficou evidente o desempenho superior logrado pelos países da Ásia Oriental e isso auxiliou na criação de uma percepção de que a Índia tinha condições de atingir melhores resultados. Para isso fazia-se necessário bolar mudanças que permitissem uma aceleração do crescimento econômico, no entanto, havia a compreensão de que mudanças no sentido de promover alterações econômicas deveriam se dar de forma gradual (AHLUWALIA, 1994). De fato, ainda na década de 1980 se dão as primeiras reformas de cunho liberalizante na economia indiana. Virmani (2006)



caracteriza as reformas econômicas dos anos 1980 realizadas na Índia como um marco do início de uma segunda fase da economia indiana.

É importante salientar a conjuntura internacional que servia de plano de fundo a essas reformas internas na Índia. Como foi visto, o desempenho superior apresentado pelas economias da Ásia Oriental chamou a atenção da Índia para a capacidade do país poder atingir níveis de crescimento maiores. Para tal percebeu-se que seria inevitável adotar uma postura de maior integração com a economia mundial. Ficou evidente também que o sucesso inicial do modelo quase autárquico de desenvolvimento tinha se dado devido a uma conjuntura econômica favorável específica do período do lançamento do primeiro plano quinquenal, e que não se sustentava, por si só, no longo prazo.

Em 1973 e 1979 o mundo se abalou com as crises do petróleo. Todavia, para a Índia ambas as crises tiveram um efeito positivo, tendo em vista que viabilizaram a desvinculação da rúpia indiana da libra esterlina e uma vez que a Índia passou então a exportar mão de obra e produtos agrícolas para o Golfo Pérsico. Isso provocou um superávit comercial que possibilitou uma maior flexibilização na estruturação das políticas econômicas (VIEIRA,2009). Inicialmente as reformas enfocaram-se em duas linhas de ação principais, sendo elas: promoção de uma estratégia de exportação e a progressiva restauração da liberdade de competição dos empresários locais (VIRMANI, 2006). O controle sobre as importações tornou-se gradualmente mais brando, porém havia muita cautela em extinguir as medidas protecionistas.

A Índia dava então seus primeiros passos tímidos em direção à liberalização, diminuíram-se as taxas de impostos, expandiu-se o papel do setor privado, bem como se empreendeu uma liberalização em relação tanto ao licenciamento do comércio quanto do investimento estrangeiro. Ainda assim, esse conjunto de medidas não provocava mudanças fundamentais internas na economia indiana, sendo ainda muito superficiais para provocar de fato uma mudança abrangente no rígido controle estatal permitindo que a economia se livrasse do engessamento no qual se encontrava, mas auxiliou ao menos na flexibilização deste. Um fator apontado para tamanha cautela e gradualismo na adoção das medidas liberalizantes está no sistema democrático indiano, contendo uma pluralidade muito grande de opiniões quanto à implementação das reformas (AHLUWALIA, 1994).



O processo de abertura econômica se deu no período em que Indira Gandhi governava¹² (janeiro de 1980 até outubro de 1984), e teve continuidade durante o mandato de seu filho Rajiv Gandhi¹³ (janeiro de 1984 até dezembro de 1989), ambos introduzindo novas mudanças econômicas. Para Virmani (2006), essas mudanças foram resultado da necessidade provocada pelo lento crescimento e por pragmatismo (depois de testar e perceber resultados não favoráveis realizou-se uma mudança incremental). E que a natureza mais profunda das medidas posteriormente deu-se devido a questões de política interna. O autor ressalta que os arquitetos das reformas mais ousadas de 1990¹⁴ já estavam no governo no período das primeiras reformas da década de 1980, contudo estes não tinham autoridade necessária para implementá-las.

As reformas de 1980 objetivaram sanar as duas principais falhas do regime anterior que eram os controles domésticos de produção e os controles e distorções relativos ao investimento e comércio exterior. Virmani (2006) traz ainda que ocorre também que uma mudança no programa de substituição de importações em que passa a ser orientado ao setor exportador, como já ocorria na China, Coréia do Sul, Taiwan e os países membro da ASEAN. De fato o modelo indiano voltado para dentro diferia muito dos modelos voltados à exportação de seus vizinhos asiáticos.

Claramente houve uma resposta positiva da economia frente a essas reformas. Observou-se um aumento das taxas de crescimento econômico. Isso permitiu, como ressalta Ahluwalia (1994), a formação de um consenso interno de que as reformas liberalizantes eram benéficas para a economia indiana, motivando o país a adotar medidas mais profundas rumo à liberalização.

Outro fator interno que contribuiu como estímulo dessas medidas posteriores foi a existência de uma visão liberal crítica à estratégia de desenvolvimento em curso desde a independência. Essa postura de crítica surgiu entre economistas e empresários por volta de 1950 quando se elaborou o segundo plano quinquenal, ganhando maior popularidade 20 anos depois, quando os resultados do modelo de planejamento passaram a gerar maior insatisfação, não logrando os resultados esperados, frustrando as expectativas desse segmento social (CRUZ, 2007).

¹² Indira já tinha estado no poder de janeiro de 1966 até março de 1977. Ela foi assassinada enquanto ainda estava no poder. Ela foi assassinada por dois agentes de sua guarda de segurança, ambos sikhs, em represália pela invasão ordenada por Indira ao templo dourado de Amrstar sikh que resultou na morte de 800 sikhs.

¹³ Tanto Rajiv quanto sua mãe faziam parte do Partido do Congresso.

¹⁴ Em 1990 quem ascendeu ao poder foi Chandra Shekhar Samavadi (BJP).



Contudo, não há dúvidas de que a principal motivação do aprofundamento da liberalização da economia indiana se deu graças à crise de 1991, que marcou de fato um divisor de águas para o país, estimulando a reestruturação econômica responsável pelo *boom* de crescimento do país nas décadas seguintes.

3.2 A crise de 1991 e a liberalização da economia indiana

Em 1991 a Índia passou por um período de crise severa, condicionada por vários fatores dentre os quais aceleração das taxas de inflação, crise cambial e estagnação do crescimento econômico. Os déficits externos, conjugados com o aumento dos preços do petróleo (em razão da Guerra do Golfo) levaram a uma crise macroeconômica como jamais fora vivenciada no país. O déficit fiscal era alto e o déficit das contas externas chegou a dobrar em relação ao período de 1984/1985. Por conseguinte, registrou-se uma queda nas reservas internacionais do Estado, prejudicando a credibilidade internacional da rúpia, ocasionando a fuga de capitais. Tudo isso ocorre em um cenário de instabilidade na política interna (PIANNA, 2007). Basu (2003), aponta que um dos maiores erros da estruturação econômica indiana foi um erro intelectual dos tomadores de decisão. O autor reconhece que desconfiar dos “grandes e poderosos”, sejam Estados, corporações ou empresas é uma atitude compreensível e correta, porém destaca que a maior falha do governo foi crer que apenas porque estes atores buscavam majoritariamente lucro próprio, trabalhar com eles não traria nenhum benefício. Essa percepção de excessiva desconfiança que levou ao fechamento da economia, resultando em uma crise que se tornaria incontornável caso mantivesse-se a mesma postura de hostilidade em relação à integração ao comércio internacional e às diversas modalidades de investimento estrangeiro.

No ano de 1992 a Índia assinou um acordo com o FMI. Para receber a ajuda financeira o país teve que se submeter a adotar medidas liberalizantes. Barbosa (2008) descreve o acordo como um fator que esteve diretamente ligado à gênese do programa de reformas da década de 1990. O autor ressalta que o governo indiano teve que promover a flexibilização do setor financeiro e estabilizar a economia fazendo uso de políticas fiscais, monetárias e cambiais de curto prazo, a fim de cumprir as exigências do organismo internacional. Já Prates e Cintra (2009) discordam que a imposição que as condicionalidades do FMI e do Banco Mundial



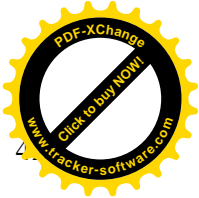
tenham tido um papel importante na implementação das práticas econômicas de cunho liberalizante da Índia. Para estes autores os três condicionantes externos mais relevantes que inspiraram o pacote de reformas mais profundas foram, em primeiro lugar, a mudança ideológica no plano internacional com ascensão da hegemonia do corolário neoliberal. Eles descrevem que na Índia a difusão desta ideologia entre os políticos, formadores de opinião e acadêmicos foi intensificada pela participação ampla de profissionais altamente qualificados entre a população não residente. Como vimos antes no período da independência e da construção do Estado Indiano, o contato de indianos das classes mais altas que podiam realizar seus estudos no exterior ou ter uma educação ocidental, teve grande influência no pensamento político e econômico interno.

O segundo condicionante apontado pelos autores foi a alteração geopolítica do fim da Guerra fria, gerando uma situação inusitada para a Índia, que havia figurado como uma parceira histórica da URSS e fundadora do Movimento dos Países Não Alinhados. Isso foi indubitavelmente um baque para a Índia, uma vez que a parceria entre os dois países abrangia não só o campo econômico, mas também o da segurança. Jubran (2013) traz que a cooperação econômica entre os dois países chegou a promover um intercâmbio de US\$100 milhões de dólares em 1958, em contrapartida cinco anos antes o volume chegava apenas a US\$ 1,6 milhão de dólares. As relações entre ambos os países evoluiu alguns anos após a independência indiana e a cooperação econômica e militar se consolidou. O autor ressalta que por volta de 1965 a Índia tornou-se o maior parceiro comercial da União Soviética fora do bloco socialista absorvendo mais de 10% das exportações indianas.

Assustada com a possibilidade de cair em um isolamento internacional e estando em meio a uma crise econômica, o país buscou então aproximar-se dos Estados Unidos, sendo assim era inevitável adotar políticas mais próximas das recomendadas pelo país que se erguia supostamente como a superpotência vencedora e candidata mais forte à hegemonia internacional¹⁵.

O terceiro condicionante apontado é a Rodada do Uruguai ocorrida no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Essa rodada de negociações marcou mudanças importantes no escopo das trocas internacionais, uma vez que

¹⁵ As considerações acerca do tema foram discutidas no capítulo anterior.



estabeleceu um regime que passou a buscar disciplinas as políticas domésticas dos Estados que pertenciam à Organização Mundial do Comércio (PRATES; CINTRA, 2009).

No início da década de 1990 se empreende uma série de medidas de cunho liberalizante mais profundas e abrangentes na Índia. Em 1989 V.P. Singh assume o poder (Frente Nacional, coalizão da qual o BJP estava fazendo parte), substituído no ano seguinte por Chandra Shekhar Samavadi (BJP). O partido do Congresso que estava representado no poder desde o início da década na figura de Indira, e depois de seu filho Rajiv, perde o cargo mais importante do país.

Diferentemente do que aconteceu na maior parte do mundo subdesenvolvido, a adoção de medidas econômicas liberalizantes ocorreu de forma gradual na Índia. Ahluwalia (1994) vê esse gradualismo como um dos principais fatores responsáveis pelo sucesso destas. Ele ressalta que este gradualismo, em contraposição às verdadeiras terapias de choque aplicadas em outras zonas da periferia, se deu graças ao fato de que a Índia não estava passando por uma crise prolongada ou um colapso do sistema econômico vigente no momento em que as adotou. Logo, não havia um anseio generalizado por mudanças radicais e rápidas.

Na década de 1990, quando o programa de reformas indiano entrou em vigor, o país estava passando por uma crise severa na balança de pagamentos. Ainda assim, não se tratava de uma crise prolongada, pelo contrário, esta irrompera durante um período na década anterior em que a economia indiana estava apresentando um crescimento estável¹⁶.

Analisar-se-á agora o escopo dessas reformas que integraram a economia indiana de forma mais assertiva à economia internacional e possibilitaram um salto tecnológico para a Índia, bem como um crescimento econômico que a situou entre as maiores economias do mundo na atualidade.

3.3 As reformas da década de 1990

Em junho de 1991 a Índia lança o conjunto de reformas liberalizantes cujos três eixos principais eram: as reformas cambiais (desvalorização da rúpia), a liberalização do comércio e reformas na política de atração de investimentos estrangeiros. É em julho de 1991 que P.V. Rao (Partido do Congresso) assume

¹⁶ Em torno de 5% (AHLUWALIA, 1994).



como primeiro ministro, seu antecessor V.P. Singh tinha ocupado o cargo por menos de 1 ano. Rao optou por priorizar a estabilidade dos parâmetros macroeconômicos. Além de adequar suas políticas econômicas como exigido pelo FMI, ele cortou gastos, importações e depreciou a taxa cambial.

As reformas no setor público foram, de certa forma, limitadas quando comparadas às reformas empreendidas por outros países na época. Na América Latina, por exemplo, as consequências da liberalização abrupta provocaram em vários países uma elevação do déficit comercial. A mudança brusca não permitiu às estruturas competitivas internas resistirem aos efeitos da entrada em massa de mercadorias estrangeiras, o que se intensificou devido à conjugação desta situação com a concomitante redução dos subsídios ao setor exportador, ao desmonte aduaneiro e pela alta na taxa de juros. (SALAMA; CAMARA, 2005).

Uma das características mais diferentes das reformas indianas no setor público foi a recusa em aderir à onda de privatizações e fechamento de empresas públicas, optando-se em contrapartida pela adoção de medidas de gradual desinvestimento do governo em empresas do setor público, com o governo preservando ainda 51% do investimento, além do controle de gestão. Esse processo auxiliou a prover recursos não inflacionários ao orçamento governamental sem, no entanto, aumentar o déficit fiscal (AHLUWALIA, 1994). A questão do déficit fiscal é um problema enfrentado pela Índia que constitui uma ameaça à sua sustentabilidade financeira desde a década de 1980. A pressão fiscal configurou um dos maiores incentivos às reformas da década de 1990 (ACHARYA, 2007).

Diversos monopólios públicos foram extintos, mas o Estado manteve sua presença nos principais setores produtivos, garantindo sua predominância em setores estratégicos como o de petróleo e gás, energia elétrica, mineração e no setor bancário (cerca de 70% do controle acionário do setor financeiro e bancário está sob a égide de bancos comerciais com controle acionário do governo) (KAPILA, 2008). Em relação a diminuir o aparelho estatal fechando unidades do setor público, o governo indiano é extremamente cauteloso. As unidades que se encontram com seu patrimônio líquido erodido são avaliadas pelo Conselho de Administração Industrial e Reconstrução Financeira (BIFR) que busca desenvolver um consenso entre o governo, credores e mão de obra para indicar um pacote de medidas de reestruturação viável envolvendo a colaboração dos bancos, do governo e dos trabalhadores, a fim de manter o funcionamento da unidade. Caso não haja



consenso em última medida é recomendado o fechamento do setor. No entanto, o processo é longo e buscam-se explorar todas as possibilidades antes de se recomendar o fechamento (AHLUWALIA, 1994).

É notável que ainda que as mudanças de 1990 caracterizem-se por serem muito mais aprofundadas do que as ensaiadas em 1980, o setor público apresentou apenas mudanças tímidas no processo de enxugamento do Estado característico das mudanças de cunho liberalizante que se generalizaram nos países periféricos no período. É gritante a diferença de como na mesma época os estados latino americanos reduziram o patrimônio estatal promovendo uma privatização intensa. De fato, não só na Índia, mas nas grandes economias asiáticas diferentemente de outros países subdesenvolvidos, foram cautelosas em desregulamentar o mercado e retraindo a presença estatal na economia. A China empreendeu também nessa década medidas liberalizantes, estas também marcadamente graduais e cautelosas, visando à integração ao comércio internacional, mas preservando o papel central do Estado na sua economia. Essa é uma das características que gera maior crítica tanto à economia indiana, quanto à economia chinesa por parte de organismos internacionais como o Banco Mundial. Na área da política industrial e do Investimento externo foi onde se verificou a maior intensidade das reformas. Como explanado, após a independência a Índia buscou praticamente estruturar-se de forma autárquica, visando a autossuficiência. Na década de 1980 algumas reformas foram ensaiadas e ganham uma intensidade muito maior em 1990, quando uma série de barreiras é rompida. É nesse momento que se percebe a determinação indiana em promover uma política de exportação. Como indicam Barbosa (2008) e Ahluwalia (1994), a política industrial praticada tinha por fim romper de forma definitiva com o regime anterior. Sendo assim, as licenças industriais que requeriam a permissão governamental para novos investimentos e para a expansão da capacidade existente foram em sua maioria abolidas.

O sistema de licenciamento permaneceu apenas para uma lista reduzida de indústrias, sendo mantidas por serem consideradas estratégicas ligadas ao desenvolvimento ou a questões de poluição. Entre os itens dessa nova lista constavam a indústria de materiais bélicos, de química perigosa, narcótica e de substâncias atômicas. A lista de indústrias reservadas ao setor público foi drasticamente reduzida e mesmo várias áreas consideradas estratégicas foram abertas à participação privada, tais como o setor de geração de energia elétrica, o



setor de hidrocarbonetos, transporte aéreo e telecomunicações (AHLUWALIA, 1994). Essa abertura nessas áreas se deu em grande parte pela escassez de recursos públicos disponíveis para investir em infraestrutura graças à crise do Balanço de Pagamentos (1991) e também em razão dos saltos fiscais negativos contraídos na década de 1980 (BARBOSA, 2008). Ahluwalia (1994) traz que outra área na qual os controles de licenciamento permaneceram foram em uma lista de indústrias reservadas para o setor de produção em pequena escala, para pequenos produtores.

Quando ao investimento estrangeiro, o país promoveu uma reestruturação de suas políticas quanto à regulação deste. Antes o país aplicava uma série de políticas restritivas ao investimento estrangeiro, havendo um amplo consenso interno quanto a desconfiança em relação às intenções por trás do mesmo. Esse tipo de investimento só era permitido em alguns casos quando trouxessem em contrapartida algum grau de transferência de tecnologia.

Após as reformas de 1990, porém, o governo procurou promover o suporte e a atração ao investimento estrangeiro, que foi liberado para todos os setores, obtendo frequentemente aprovação automática. O governo não impôs restrições também ao envio de lucros e dividendos de empresas multinacionais instaladas no país para suas sedes no exterior. O setor de tecnologia da informação¹⁷ é sem dúvidas muito importante dentro da estratégia econômica da Índia, sendo assim quando o investimento estrangeiro destina-se a empresas que produzem software e hardware o governo oferece incentivos fiscais como a isenção de tributos aduaneiros que recaem sobre a importação. O setor figura como carro chefe das exportações indianas, podendo suas empresas contarem com 100% de participação de investimento estrangeiro, desde que implantadas nas zonas exportadoras. O mesmo grau de abertura é também conferido ao setor de infraestrutura para profetos como a construção de portos, túneis e pontes (NASSIF, 2006).

Tendo em vista essa reorientação da economia em direção à promoção das exportações, a política comercial foi liberalizada substancialmente, salvo para bens de consumo final. O regime de controle de importações para matérias primas, outros insumos e bens de capital foi desintegrado, permitindo-se então a livre importação destes bens salvo uma pequena lista. As restrições na importação de

¹⁷ O setor de tecnologia da informação será melhor explanado no decorrer da pesquisa, como parte da estratégia de desenvolvimento indiana.



bens de consumo também iniciaram um processo de gradual liberalização. As restrições quantitativas à importações nos mais diversos setores foram amplamente eliminadas. As tarifas alfandegárias também iniciaram um processo gradual de redução. Antes das reformas as taxas para vários produtos chegavam a 200%. Para os bens de capital as taxas giravam em torno de 90 % e 100%, pouco depois das reformas, em 1994, estas baixaram para valores entre 20% e 40% (ainda muito altas), mas o governo assumiu a responsabilidade de continuar com a redução¹⁸.

Com as reformas a Índia aumentou o controle sobre a taxa de câmbio, outrora fixa, manipulando-a para estimular as exportações e inibir as importações. Instaurou-se para tal uma taxa de câmbio flexível, possibilitando essa maior maleabilidade. A fim de garantir a competitividade dos produtos indianos no comércio internacional o governo promove quando necessário desvalorizações da moeda nacional. Observadamente, a primeira ação das reformas foi promover a desvalorização cambial que se encontrava em uma situação de supervalorização. Logo após o governo introduziu um sistema dual de taxas de câmbio. Esse sistema contava com um mercado de taxas determinadas pelo mercado e um mercado de taxas que eram administradas pelo Banco Central do país. A importação de certos bens como petróleo, fertilizantes e bens relacionados a defesa eram pagos com moeda estrangeira de acordo com o câmbio fixo. O restante das importações, pagamentos do serviço da dívida e outras transações correntes estavam sob o regime da taxa de câmbio flutuante definida pelo mercado (AHLUWALYA 1994; BARBOSA 2008).

As mudanças no setor tributário foram uma parte importante do conjunto de reformas. O governo promoveu uma simplificação no sistema de impostos diretos com taxas mais moderadas e diminuição de isenções. No setor financeiro as reformas induziram uma desregulamentação do mercado decapitais, promovendo uma redução das restrições impostas aos fluxos de capitais, permitindo então a entrada do setor privado. No setor bancário houve a promoção de uma abertura à competição de novos bancos privados e várias licenças bancárias foram concedidas. O conjunto de medidas no setor financeiro oportunizou às grandes empresas o aumentar o seu acesso a recursos financeiros. Estas empresas passaram a conseguir financiar sua expansão graças ao crescimento do mercado de capital, orientado para Investimento Estrangeiro Direto e portfólio. No entanto, o acesso de

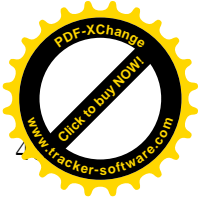


recursos financeiros pelas empresas de pequeno e médio porte ainda é precário, uma vez que a linha de financiamento dessas não é de interesse desse tipo de investimento estrangeiro ou do mercado de capitais. (BARBOSA, 2008).

Em relação a agricultura, esta beneficia-se indiretamente das reformas feitas nos outros setores. A desvalorização cambial, por exemplo, deixa os produtos indianos mais competitivos externamente e a redução da proteção exacerbada a indústria limita o viés anti- agricultura do regime anterior. Mais diretamente ao setor, o governo central eliminou as restrições de comércio doméstico de produtos agrícolas. As restrições para exportação no setor foram significativamente reduzidas (AHLUWALIA, 1994). A abertura internacional adida da desregulamentação interna dos mercados, tornou possível uma maior sensibilidade da agricultura indiana em relação à situação do comércio internacional. Com o aumento dos preços agrícolas a nível mundial e com o aumento da renda disponível nos mercados domésticos, o setor agrícola passou a receber estímulos externos. Esses estímulos configuraram-se na forma de demandas adicionais por alimentos e trabalhadores, como também de rendimentos adicionais. A interação desses fatores levou a um aumento dos preços ao produtor e a uma valorização dos salários no meio rural. Não parando por aí, outra consequência foi a melhoria nos termos de troca entre os produtos manufaturados e agrícolas entre o início da década de 1980 e 2000. O novo regime não só torna as exportações agrícolas mais competitivas à nova taxa de troca, mas também estimula o crescimento da indústria agroindustrial, com forte vínculo com a agricultura (CRUZ, 2007).

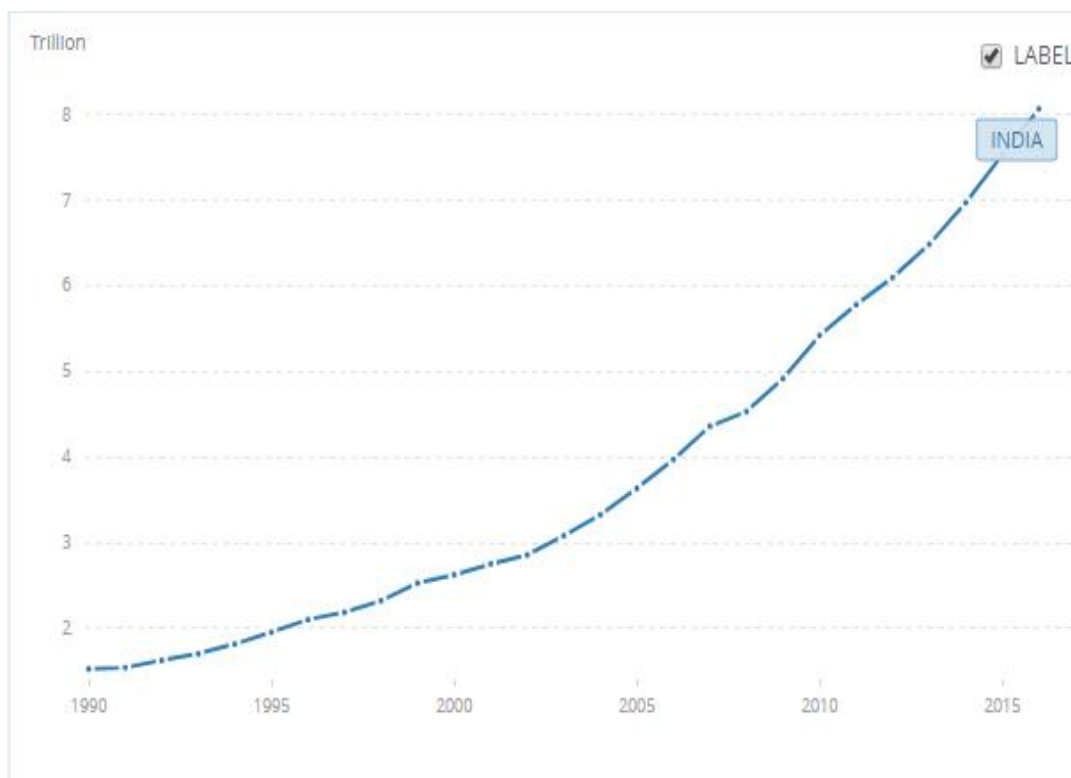
O caminho rumo a liberalização foi intensificado com mais medidas econômicas nesse sentido no ano de 1996. Entre 1996 e 2001 eliminaram-se as restrições relativas à convertibilidade da conta capital. Liberalizou-se a política de incentivos ao Investimento Direto Estrangeiro, os empréstimos comerciais externos e implementou-se a Política Nacional de Comércio exterior. Foram criadas também as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), a fim de estimular as exportações. O país buscou cada vez mais apostar na participação do país no comércio internacional.

De fato a Índia logrou de forma exitosa sua integração às cadeias produtivas e de fluxo de tecnologia globais. O resultado desse amplo processo de liberalização dos diferentes setores da economia gerou resultados benéficos, revitalizando a economia indiana que retomou o crescimento, com o PIB crescendo em média de 6% a 8% por ano. A abertura econômica e a integração da economia indiana à



economia internacional foi um fator chave para a elevação dos índices de crescimento. O país muda radicalmente sua postura de busca de uma autarquia, para um modelo de exportação, tornando-se um dos maiores destinos para investimento estrangeiro entre os países periféricos. No gráfico a seguir podemos ver o crescimento no valor do PIB indiano de 1990 até 2016.

Gráfico 1- Crescimento do PIB indiano



Fonte: World Bank, International Comparison Program database, 2017.

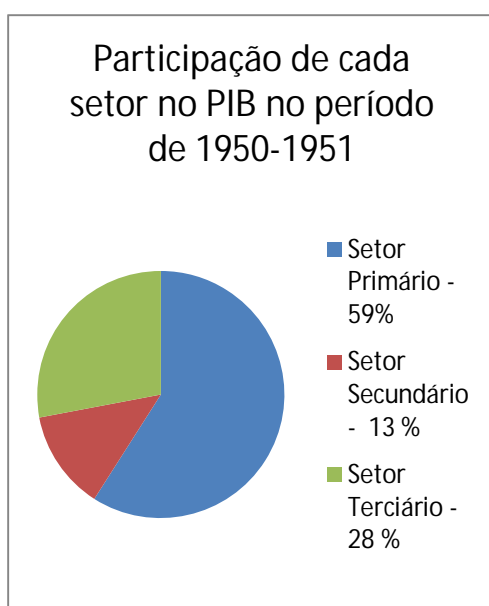
Em 1990 o valor do PIB em dólares americanos era de 1.5227 trilhões e o valor aumentou progressivamente, chegando a 8.068 trilhões em 2016. No ano de 1991 o crescimento percentual do PIB indiano da Índia era de 1%, no ano seguinte para 5.4 %, mantendo-se em torno dos 7.5% nos anos de 1995 e 1996. Em 2010 o percentual chegou aos 10.2%. No próximo item veremos mais detalhadamente os setores da economia que incentivaram esse aumento progressivo do valor do PIB indiano.



3.4 A nova estratégia econômica indiana: a importância do setor terciário e da Tecnologia da Informação

Nessa nova etapa da economia indiana, voltada às exportações, investiu-se também substancialmente na educação superior e nos centros de tecnologia. Inclusive o governo recebeu críticas em relação à priorização da área especialmente das engenharias, mas os resultados desse investimento renderam frutos importantes que explanaremos a seguir. O setor de serviços ganhou cada vez mais importância na economia indiana, aumentando cada vez mais sua participação no PIB. Nos gráficos abaixo podemos ter uma ideia do crescimento da importância do setor.

Gráfico 2- Participação
De cada setor no PIB (1950-1951)



Fonte: Worl Bank, 2017

Gráfico 3- Participação
De cada setor no PIB (2011-2012)



Fonte: Worl Bank, 2017

Como podemos inferir pelos dados representados nos gráficos acima, o setor terciário tornou-se o setor que mais contribui atualmente com o PIB indiano, nota-se também um desenvolvimento do setor secundário e um aumento significativo da sua importância sobre o total da composição do PIB indiano. Já o setor primário tem uma perda significativa da sua relevância sobre o total do PIB caindo de 59% em 1950/51, para 16,1% em 2011/12. Esse crescimento do setor secundário e terciário



se deu mediante o esforço do governo indiano em promover os setores na sua estratégia de desenvolvimento.

A base do novo modelo de desenvolvimento indiano está na exportação de tecnologia, especialmente softwares, com elevada participação de empresas transnacionais. Ainda assim, outros segmentos do setor terciário também são importantes para a economia indiana, como os serviços contábeis, centrais de reservas, processos administrativos corporativos e serviços jurídico-legais. O investimento estrangeiro é de extrema importância para a manutenção desse modelo, assim como o comércio internacional (Banik & Padovani, 2014).

O setor de serviços teve um aumento significativo, principalmente na área de tecnologia de informação e engenharias, que se tornou indubitavelmente o polo dinâmico da economia indiana. Este setor é financiado por investimentos estrangeiros diretos (IED), estando conectado com as cadeias produtivas globais e orientado para a exportação de serviços. A contribuição das exportações de serviços de TI sobre o total das exportações indianas chega a 25%.

Em 2003 o governo lançou a Política Científica e tecnológica. Essa política buscou alavancar o crescimento da produtividade, alcançar a competitividade internacional, diminuir o desemprego e transformar a Índia em um ator de peso no Sistema Internacional (PIANNA, 2007). A Índia obteve sucesso na atração de Investimento estrangeiro, tornando-se um dos maiores destinos de Investimento Estrangeiro Direto no continente asiático, a maior parte desse capital é direcionado para o setor de serviços (o percentual entre 1991 e 2002 estava em cerca de 37%). O investimento estrangeiro, outrora visto com tanta desconfiança e hostilidade tornou-se um elemento crucial na economia indiana, sendo essencial para a criação das capacitações tecnológicas locais. Sendo assim, o governo tem especial preocupação em tornar o país atrativo a esse tipo de capital.

No tocante à educação e criação de tecnologia o governo indiano percebeu que estas estavam intimamente ligadas à questão do desenvolvimento, uma vez que podem gerar produtos de alto valor agregado, que tendem a valorizar-se com o tempo, ao contrário dos produtos primários que sofrem com a deterioração dos termos de troca. O Estado indiano então promoveu uma série de medidas para a promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como da Pesquisa e do Desenvolvimento (P&D), já que são áreas importantes para as atividades industriais em um cenário mundial extremamente competitivo. A Índia já se preocupava com a



área de desenvolvimento de tecnologias desde a formação do seu Estado. Logo, com o aumento das exportações na década de 1990, o país investiu continuamente na área de Pesquisa e Desenvolvimento, atraindo consequentemente investidores estrangeiros graças ao potencial científico elevado do país. O processo de internacionalização das empresas e aumento da subcontratação auxiliou para que novos centros de Pesquisa e Desenvolvimento fossem construídos no país, criando novas capacidades inovadoras e contribuindo para a formação de uma base de infraestrutura tecnológico-científica avançada (PIANNA, 2007; MITRA, 2006).

No setor de serviços, o campo da tecnologia da informação se destaca, as inovações nessa área impactaram no crescimento econômico e desenvolvimento social da Índia, figurando entre uma das principais fontes de poder econômico do Estado indiano. A Índia tornou-se o maior exportador de softwares do mundo. Entre os 10 maiores exportadores da Índia, 5 são empresas de TI¹⁹. A Índia é atualmente o maior destino de abastecimento para a indústria de tecnologia da informação do mundo, contando com aproximadamente 52% de um mercado de US\$ 130 bilhões, empregando cerca de 10 milhões de indianos. Os serviços de tecnologia da informação estimularam o desenvolvimento das engenharias e das ciências da computação, contribuindo para a qualificação cada vez maior do ensino superior do país. Os serviços oferecidos pela Índia são muito atrativos, uma vez que custam de 3 a 4 vezes menos do que os serviços oferecidos pelos EUA. Isso se dá em grande parte devido ao preço da mão de obra no país, que apesar de altamente qualificada é de baixo custo. A exportação de serviços de Tecnologia da Informação foi responsáveis por cerca de quase 60% das exportações do setor de Tecnologia da Informação, devido a crescente terceirização destes serviços para as empresas indianas²⁰.

Banik e Padovani (2014) trazem que em 1980 muitos indianos altamente qualificados mudaram-se para a Índia, uma vez que os investimentos na educação superior e na área de tecnologia já existiam, mas não havia ainda mercado para absorver todos os novos engenheiros. Quando as primeiras reformas em direção à liberalização da economia na década de 1980 ocorreram, as empresas de tecnologia dos EUA viram a oportunidade de investir diretamente na Índia, uma vez que esta

¹⁹ Infosys, TCS, Wipro, Satyam e HCL.

²⁰ Os dados apresentados nesse parágrafo foram retirados do relatório do ano de 2015 sobre a Indústria de Tecnologia da Informação na Índia elaborada pela ASA.



estava se provando uma fonte fecunda de mão de obra qualificada, barata e anglófona. Os investimentos em capital humano nesse período teriam contribuído muito para o avanço do setor, outra medida importante foi a criação de uma zona de processamento de exportações de tecnologia no sul do país. Os autores afirmam ainda que nos dias de hoje todas as grandes empresas multinacionais de tecnologia possuem pelo menos uma etapa do processo administrativo ou produtivo no país.

Tendo em vista que o setor terciário é o principal propulsor do crescimento indiano, levantam-se dúvidas quanto a sua sustentabilidade. Trata-se de um modelo de crescimento diferente do comumente encontrado nos estudos acerca do desenvolvimento, uma vez que o modelo indiano não apenas iniciou, mas segue assentado sobre o desenvolvimento do setor de serviços, não passando pelo circuito manufatureiro (BANIK & PADOVANI, 2014). Sem dúvidas, por tratar-se de uma estratégia diferenciada, não se tem certeza ainda sobre os rumos que pode tomar. Certamente os economistas e formadores de políticas do governo indiano têm noção sobre as possíveis fragilidades de um modelo de desenvolvimento que tem como artéria principal o investimento estrangeiro (sensível a choques externos que não estão sob o controle do país) e os mesmos estão cientes de que apesar de um aumento no setor secundário e desenvolvimento de algumas indústrias locais importantes, o seu crescimento tem por base o pouco tradicional setor terciário.

A Índia optou por investir justamente no desenvolvimento tecnológico, ao assumir uma postura pragmática. A criação de tecnologia é uma atividade tipicamente de núcleo orgânico, como foi explanado no item 1.3 do primeiro capítulo. Em sua definição das camadas da economia mundial, Wallerstein (2013) aponta a industrialização como um fator importante na classificação dos países dentro da hierarquia da economia mundo capitalista. Arrighi (1997), não obstante, indica que as atividades típicas de núcleo orgânico e de periferia podem se transformar. Para ele, as atividades típicas de núcleo orgânico ou de periferia não são estáticas, podendo ocorrer a transformação de uma atividade de núcleo orgânico em periférica, quando os Estados periféricos passam a competir nela com os países de núcleo orgânico. Arrighi (1997) mostra que isso acabou ocorrendo com a industrialização, que quando promovida pelos países das duas camadas mais baixas da economia mundial, não atuou como um canal de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial. O autor traz que a a zona do núcleo orgânico está se tornando o locus de atividades “cerebrais” (tomadas de decisões



estratégicas, pesquisa e desenvolvimento, controle e administração), ao passo que a periferia está se tornando o locus de atividade de “músculo e nervos” (de pura execução) . A camada intermediária tenderia caracterizar-se então por um equilíbrio mais ou menos equânime destes dois tipos distintos de atividades. Ou seja, a simples promoção da industrialização, que outrora acreditava-se ser sinônimo de desenvolvimento, não basta para melhorar a posição dos estados periféricos e semiperiféricos em relação ao núcleo orgânico.

Uma visão mais tradicional sobre como deve ocorrer o desenvolvimento, pode criticar a estabilidade de uma estratégia embasada no setor terciário (no caso da Índia fortemente no setor de tecnologia da informação). Porém, de acordo com a percepção de Arrighi (1997), a industrialização *per se* já não logra uma melhoria do status dos países periféricos na pirâmide da economia mundial, havendo uma periferização das atividades industriais, ao passo que as atividades ligadas à criação de tecnologia tendem cada vez mais a serem caracterizadas como atividades de núcleo orgânico. Como um país semiperiférico, a Índia possui atividades características tanto da periferia, como do núcleo orgânico, o que vemos é uma clara opção do governo indiano por atuar ativamente no desenvolvimento tecnológico, ou na atividade de núcleo orgânico que está sob a sua jurisdição. A indústria não foi negligenciada, apresentando crescimento, como vimos no segundo e no terceiro gráficos apresentados. Mesmo a agricultura que perdeu espaço na contribuição do PIB recebeu incentivos do governo para o seu desenvolvimento, mas a opção pela estratégia pautada no desenvolvimento tecnológico é inegável.

Destacou-se a conjuntura internacional de promoção da abertura comercial que ganhou mais força ainda no plano ideológico com o fim da URSS e a ascensão dos EUA. Percebe-se que o processo de abertura da economia indiana e inserção internacional desta esteve certamente relacionado a essa conjuntura (como foi visto, o país perdeu um grande aliado e quis aproximar-se dos EUA, bem como precisou recorrer aos empréstimos do FMI). Contudo, o papel do Estado indiano foi muito ativo e pragmático, realizando as medidas liberalizantes por etapas, a fim de evitar o choque abrupto, suavizando a transição entre estratégias de desenvolvimento diametralmente opostas.



4. A ASCENSÃO INDIANA: IMPACTO REGIONAL

4.1 A passagem do idealismo ao realismo na política externa indiana

Como explanado no capítulo anterior, os esforços indianos para integrar-se à economia mundial de forma mais assertiva foram amplamente exitosos sob o ponto de vista do crescimento econômico. O colapso da URSS e a adoção de um padrão econômico de viés mais liberal condicionaram mudanças na inserção internacional da Índia, levando a uma aproximação com o Estado Americano e um esfriamento das relações com o russo. Mais do que mudanças econômicas, o fim da Guerra Fria significou uma mudança no posicionamento e na forma de inserção de uma imensa gama de países, pois como descrito no primeiro capítulo da presente monografia, iniciou-se um período de reconfiguração do Sistema Internacional.

Durante a Guerra Fria, o país militou como um dos expoentes do Movimento dos Países Não Alinhados, reivindicando para si um papel de liderança entre os países do Terceiro Mundo. Os ideais de não violência de Gandhi e Nehru traduziram-se na política externa indiana em um pacifismo e na defesa de uma maior democratização do poder no jogo internacional. Inicialmente a política externa indiana, fortemente influenciada por esse pensamento, foi guiada por princípios mais idealistas. Gradualmente, contudo, o pragmatismo e os princípios realistas passaram a influir mais sobre a condução da política externa indiana (VIERA, 2009), (KESAVAN, 2005), (SRIVASTAVA, 2015). A proeminência do realismo na postura externa indiana, apesar de não iniciar com o fim da Guerra Fria, intensificou-se significativamente nesse período (MOHAN, 2015).

Após a sua independência, a atuação da Índia na política internacional e sua postura de reivindicação de participação nesta eram, por vezes, tidas como muito além do que o país de fato tinha de poder econômico e militar. Contudo, com o crescimento econômico acelerado a Índia passou a ser um ator econômico importante em nível mundial, aumentando também o seu orçamento com o setor bélico. Nesse capítulo, discorrer-se-á sobre as implicações do crescimento econômico indiano na condução da sua política externa e de suas ambições de impor-se como uma liderança global e um ator de peso no Sistema Internacional.

Tendo enfrentado uma luta árdua pela independência, a Índia valorizou no pós-independência a luta anticolonial, os princípios de liberdade e igualdade. Como



mencionado, as ideias de tolerância e não violência de Gandhi e Nehru influenciaram a política externa indiana. A condução desta se baseava na crença em soluções pacíficas na condução de conflitos, reconhecimento da equidade na soberania de todos os países na condução das relações internacionais.

A Índia assumiu desde a sua formação uma postura favorável às Nações Unidas, uma vez que seus princípios estavam de acordo com os próprios princípios que o país defendia, sendo inclusive um dos países fundadores da organização. A Índia militou fortemente pela descolonização dos seus vizinhos asiáticos. O Estado era igualmente sensível à luta dos países africanos, assumindo uma posição de ativismo contra o racismo na África do Sul. Mesmo antes da formalização da independência, os mentores desta buscavam se posicionar frente a questões internacionais de relevância. A exemplo disso, em março de 1947 a Índia convocou a primeira Conferência de Relações Asiáticas, a fim de discutir as aspirações comuns dos países asiáticos. Dois anos depois, o país voltou a convocar um encontro centrado nos países asiáticos com o intuito de debater a luta da Indonésia pela liberdade. Entretanto, eventos como a Guerra com a China em 1962 e a assinatura do tratado de amizade com a URSS em 1971 para contrabalancear a aproximação entre EUA e China, foram espinhosos para a manutenção do esforço indiano em manter as relações interestatais cordiais. O segundo inclusive pôs em dúvida a postura indiana pelo não alinhamento. (KESAVAN, 2005).

O fim da Guerra Fria gerou uma série de incentivos para a Índia assumir um viés mais realista na sua política externa. A política externa pós Guerra Fria adotou um posicionamento mais pragmático, voltada ao interesse nacional. A liberalização econômica após as reformas levou a um ambiente favorável para ensaiar uma aproximação com os EUA. Ambos os países mantiveram relações mais estreitas, tornando-se parceiros comerciais, com os EUA tornando-se um importante investidor da Índia. A Índia apoiou a invasão americana ao Afeganistão e celebrou acordos com os EUA em relação à segurança no mar indiano. O país asiático assumiu um papel de defesa contra as ameaças terroristas, desde que dentro da estrutura das Nações Unidas. A Índia não apoiou, no entanto, a invasão do Iraque com contingentes militares, devido justamente à ausência de mandato das Nações Unidas para fazê-lo (KESAVAN, 2005). Essa mudança de uma postura idealista para uma realista no decorrer da década de 1990 é enfatizada por Bajpai e Kanti (2013), ainda que os autores caracterizem o idealismo característico de Nehru não apenas



como uma crença ingênua no estabelecimento de uma ordem mundial justa e equânime, mas como uma postura calculada para auferir também o Interesse Nacional indiano. Dentro da estrutura bipolar, clamar pela maior democratização do poder e esforçar-se por criar uma identidade separada do alinhamento com uma das superpotências foi, sem dúvidas, uma atitude ousada e inteligente.

É inegável que a Índia tentou clamar para si um papel de relevância no palco internacional além das suas capacidades materiais, mas possivelmente esse foi um fator que contribuiu para a sua maior segurança em lançar-se como um ator regional/ global relevante quando, após as reformas econômicas, ampliou a sua capacidade material. Ganguly (2015) ressalta que durante o período em que Nehru esteve no poder as instituições políticas indianas eram pouco desenvolvidas, possuindo um impacto muito limitado no processo de formulação da política externa. O autor aponta que o afastamento em relação a essa tendência se deu já no governo de Indira Gandhi²¹, principalmente graças ao fato dela ter centralizado a autoridade, sendo ela e um grupo limitado de indivíduos responsáveis pela condução da política externa.

Essa tendência de maior pragmatismo e distanciamento gradual dos ideais antiocidentais que pautavam fortemente a defesa indiana do Movimento dos Países não Alinhados ganhou força com o fim da Guerra Fria. Ainda assim, não se abandonou completamente a estrutura de pensamento Nehruviana. A Índia aumentou sua capacidade econômica, aproveitando-se também para melhorar a sua capacidade em defesa. Atualmente, a Índia possui o segundo maior exército do mundo²². O país só perde para a China, ficando na frente dos EUA, que estão em terceiro lugar no ranking mundial.

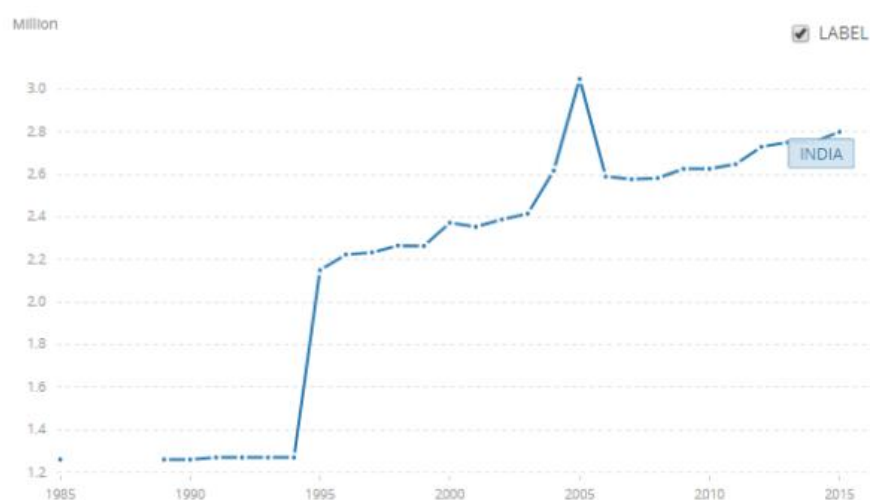
No decorrer da década de 1990 percebemos um aumento do efetivo militar indiano, como fica evidente no gráfico a seguir que ilustra a evolução dos números totais de pessoal empregado pelo setor militar indiano.

²¹ Indira esteve no governo de 1966 – 1977 e também no período de 1980-1984

²² The numbers below are provided by the International Institute for Strategic Studies in their 2017 report.



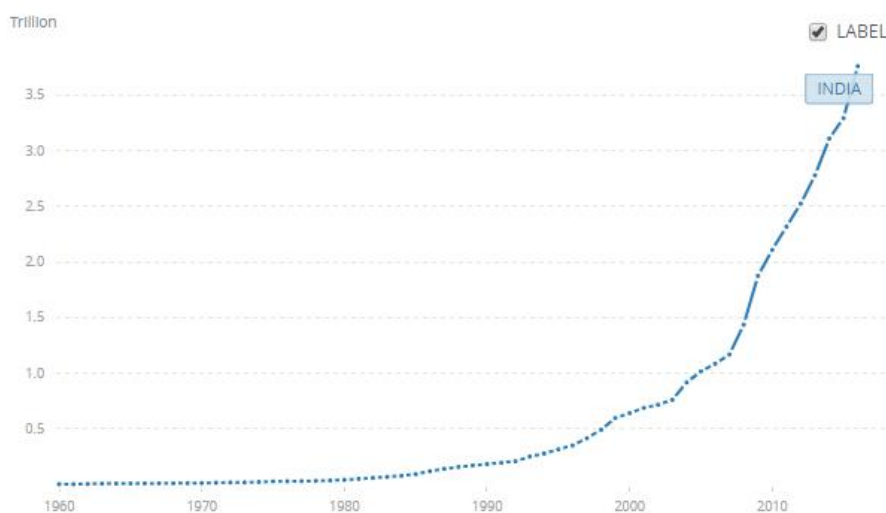
Gráfico 4 -Aumento do número de membros do setor militar indiano



Fonte: World Bank. International Institute for Strategic Studies, The Military Balance, 2017

Os gastos com o setor militar também se mostraram crescentes no período.

Gráfico 5 – Evolução dos gastos indianos com o setor militar

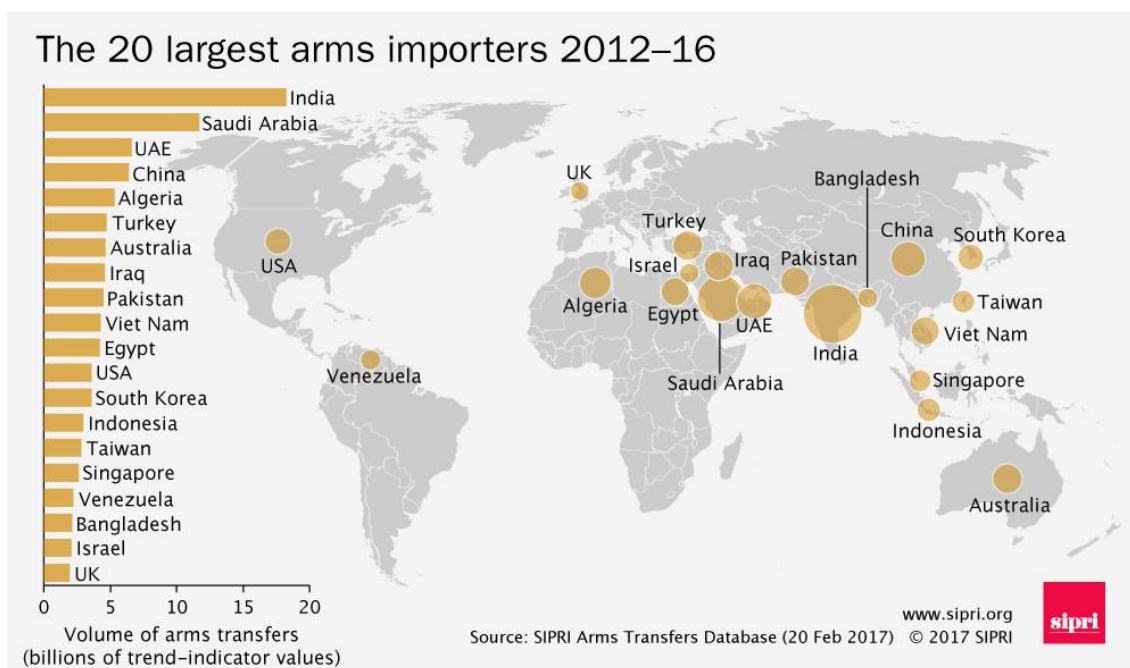


Fonte: World Bank- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security, 2017.

A Índia também figura hoje como a maior importadora de armas do mundo, sozinha importando cerca de 14% do total das importações mundiais no setor. O país encontra-se nessa posição de liderança na importação de armas há 5 anos. Em relação à origem dessas importações, a vasta maioria é proveniente da Rússia (por

volta de 68%), seguida por EUA e Israel, correspondendo a 14% e 7% das importações respectivamente²³.

Figura 1 – Os 20 maiores importadores de armas no período de 2012-2016



Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Arms Transfers Database, 2017

4.2 A questão nuclear indiana: da ambiguidade ao posicionamento

De acordo com Mohan (2015), o maior pragmatismo da política externa indiana passou por um reconhecimento da importância do país tornar-se autossuficiente na questão nuclear. Apesar de ter iniciado o desenvolvimento de tecnologia nuclear há décadas, a Índia manteve uma postura ambígua em relação ao seu programa nuclear não civil. Nehru defendia a utilização da tecnologia nuclear para fins pacíficos de geração de energia, acreditando que esta seria uma fonte de energia mais limpa e que se tornaria barata com o tempo. Em 1974, o país realizou testes nucleares obtendo sucesso, apesar disso optou-se por não seguir com o projeto de elaboração de armas nucleares. Em 1998, o país voltou a realizar testes nucleares, contando com o apoio da Rússia e de Israel na obtenção de tecnologia nuclear. Encerram-se então décadas de ambiguidade. O BJP encerrou o debate interno em favor de uma postura nuclear mais aberta e do reconhecimento das

²³ De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)- dados de 2015.



intenções do uso da tecnologia nuclear para fins bélicos, a despeito da recepção internacional ser positiva ou negativa.

Para compreender melhor o desenvolvimento da tecnologia nuclear na Índia, bem como as décadas de postura ambígua e o peso no cenário regional com a decisão do BJP de por um fim a essa ambiguidade no fim da década de 1990 é interessante que se faça uma descrição do processo de planejamento, aquisição e desenvolvimento do Estado em relação à tecnologia nuclear.

Ainda antes da formalização da sua independência já havia um interesse da Índia em relação ao desenvolvimento de tecnologia nuclear. Desde o início da década de 1940, a emergência de uma comunidade de cientistas indianos capazes de produzir pesquisas altamente qualificadas no ramo incentivou o interesse pelo tema. Cientistas indianos contribuíram substancialmente com o desenvolvimento científico internacional, a maioria deles atuando em países de centro. Entre eles destacou-se Homi Jehangir Bhabha, que se articulou com Nehru ainda em 1944 para negociar a instalação de um Instituto de Pesquisa em Mumbai para pesquisas na área nuclear e áreas da física afins. Como foi dito, a independência ocorreu apenas em 1947. Ou seja, o interesse indiano por desenvolver pesquisas no campo e o planejamento para fazê-lo foram bem anteriores à independência, mostrando o grau avançado de organização de Nehru e dos outros militantes para a independência, bem como a qualidade do seu planejamento para a instituição do Estado Indiano.

Tanto Bhabha quanto Nehru preconizavam o desenvolvimento dessa tecnologia não para fins bélicos, mas para fins de energia. Como vimos, Nehru foi um grande ativista pelo desarmamento. Apesar disso, ele não era ingênuo, reconhecendo que futuramente o país poderia vir a desenvolver armas nucleares, não podendo responder por aqueles que o sucederiam. Sendo assim, ele não deu suporte para nenhum tratado que pudesse tolher o desenvolvimento futuro da capacidade nuclear indiana. Havia a percepção também de que a energia nuclear seria a resposta mais viável para a questão do suprimento energético, peça chave do desenvolvimento de qualquer Estado. (MOHAN, 2015)

Entretanto, vários fatores externos contribuíram para o uso bélico das pesquisas indianas no campo. Nesse sentido, a percepção de ameaça por parte da China e do Paquistão são elementos que certamente pesaram na decisão indiana de levar em frente a condução de testes nucleares. Em 1964, a China realizou seu



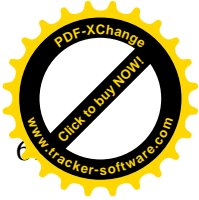
primeiro teste nuclear, pouco tempo depois de vencer a Índia em uma guerra iniciada por contendas fronteiriças. Em 1974, a Índia realiza seus próprios testes, mas hesitava em definir-se como um polo de poder nuclear, caracterizando os testes como explosões nucleares para fins pacíficos.

No fim da década de 1970, Mohan (2015) descreve que o país encontrava-se diante de um impasse entre a histórica crítica indiana sobre a moralidade de utilizar-se da tecnologia nuclear para fins bélicos e o imperativo de desenvolver esse tipo de defesa por questões de segurança nacional. O país manteve uma postura fortemente ambígua no tema, relutando em posicionar-se definitivamente sobre a questão. A China passou a transferir tecnologia de armas nucleares para o Paquistão, auxiliando o programa clandestino do país a desenvolver o seu próprio poderio nuclear. Como descrito no primeiro capítulo, desde a formação do Estado Indiano o Paquistão emerge como seu rival, possuindo também contendas fronteiriças com a Índia²⁴. Isso sem dúvidas aumentou a tensão na Índia e atuou como um condicionante favorável à opção por prosseguir com o planejamento de desenvolvimento e aprimoramento de armas nucleares.

No período pós Guerra Fria, uma série de outros condicionantes incentivou uma postura indiana mais favorável ao desenvolvimento de armas nucleares. Se durante a Guerra Fria a URSS (uma potência nuclear) serviu como parceiro estratégico da Índia, que garantias a Índia tinha agora (com a dissolução da URSS) de que seria protegida num ambiente em que dois de seus vizinhos (com os quais já havia entrado em guerra e que ainda possuía contendas nas delimitações de fronteira) possuíam programas voltados à produção de um arsenal nuclear? As incertezas mostraram-se grandes. Nesse sentido, em 1998, a Índia decide abandonar então a ambiguidade da sua postura em relação às armas nucleares, realizando novamente testes, durante o governo do BJP.

Outro fator relevante que influenciou a decisão indiana foi o fato de o país sofrer com barreiras à importações cruciais para prosseguir o desenvolvimento da tecnologia nuclear em território nacional. A guerra do Golfo provocou uma aversão internacional às armas de destruição em massa, havendo um maior embargo à transferência de tecnologia de desenvolvimento desse tipo de armas. Essa escassez de transferência de alta tecnologia para a Índia fez com que o país repensasse os

²⁴ Nas regiões de Jammu e Kashmir



custos de manter-se ambíguo quanto a sua postura sobre as armas nucleares. Enquanto a posição do Estado indiano permanecesse incerta, futuros acessos a esse tipo de tecnologia não pareciam prováveis. Parecia imprescindível, então, que o país deveria por fim a décadas de ambiguidade quanto a sua definição como uma potência nuclear.

A Guerra do Golfo também teve um outro efeito sobre a Índia. Fomentando o temor de que os EUA passassem a intervir de forma mais invasiva na dinâmica de segurança regional. Criou-se uma percepção interna de que o país deveria fortalecer-se belicamente, a fim de resolver suas contendas com o Paquistão, antes que os EUA decidissem intervir na região e impusessem uma solução “americana” que frustrasse os interesses indianos e ofuscasse seu papel regional. A reação internacional não foi favorável, havendo tensão na região e críticas principalmente dos EUA e da China²⁵, tendo a Índia sofrido sanções econômicas de vários países. Ainda assim, o governo indiano resolveu arcar com os custos políticos e econômicos dos testes. Logo após a realização dos testes, o governo paquistanês respondeu na mesma moeda, realizando testes no seu território, numa clara resposta à Índia de que o país tinha condições de revidar a aparente tentativa de intimidação (ou de autoafirmação) do governo indiano. Todos os membros do Conselho de Segurança repudiaram a ação do país. Ainda assim, apesar das sanções impostas pelos EUA, o país vinha aproximando-se da Índia após os acordos liberalizantes dessa com o FMI e a maior aproximação com o Banco Mundial. Inclusive avanços na política migratória entre os dois países estavam sendo feitos, uma vez que a comunidade indiana nos EUA se tornou ao longo da década de 1990 uma das comunidades de imigrantes mais bem sucedidas profissionalmente e ricas dos EUA (OLIVEIRA, 2008).

Em decorrência dessa tendência de aproximação entre os dois países na década de 1990, em 2006, a Índia assinou um acordo de cooperação tecnológica nuclear com os EUA, para fins civis. Apesar disso, a Índia é um dos países que nunca assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968.

Após os testes de 1998, os EUA promoveram uma série de encontros entre o então sub-secretário de Estado e o Ministro do Exterior indiano que se alongaram durante dois anos. Nos encontros, especialistas americanos e indianos discutiam os

²⁵ A China mostrou-se mais crítica em relação aos testes indianos, depois da Índia pronunciar-se alegando que a China era um dos motivos para a realização destes.



problemas da proliferação nuclear, mas avançaram também em outros temas sensíveis a ambos os Estados, tais quais a cooperação estratégica no combate ao terrorismo. No início de 2000, o presidente dos EUA, Bill Clinton, viajou para a Índia, parando por algumas horas antes no Paquistão. Essa atitude pode ser interpretada como um passo dos EUA em direção à Índia, em detrimento do Paquistão (aliado histórico dos EUA) como parceira estratégica da potência ocidental no subcontinente indiano. Pouco tempo depois houve uma reaproximação dos EUA com o Paquistão, devido à luta contra os talibãs e o terrorismo, com a ascensão de Bush ao poder (OLIVEIRA, 2008).

Apesar disso, a aproximação entre EUA e Índia já era um fato e um processo que não seria facilmente reversível apesar da reaproximação americano-paquistanesa. O estreitamento das relações com os EUA para além do fator econômico tem também outros condicionantes estratégicos mutuamente benéficos. Um desses condicionantes é a ascensão chinesa. Existe uma percepção em ambos os países de que a China pode representar uma ameaça às ambições tanto da Índia, quanto dos EUA no cenário asiático. Como vimos, um dos fatores que impeliu a Índia a reivindicar a posição de potência nuclear foi justamente a emergência chinesa como um grande polo de poder na região. Outro condicionante a ser apontado é o aprofundamento na cooperação entre Índia e EUA na área das comunicações, coordenação militar e inteligência. O fator mais latente seria justamente o imperativo econômico, uma vez que nota-se uma grande interpenetração do mercado de serviços dos dois Estados, principalmente no campo da informática (SAGAR, 2016).

Em 2008, foi firmado o Acordo Especial de Salvaguardas entre a Índia e a Agência Internacional de Energia atômica. Um dos fatores que tinha levado o BJP a por fim à ambiguidade indiana quanto a sua definição como uma potência nuclear tinha sido justamente acabar com o bloqueio de transferência de tecnologia e insumos para tais fins em direção ao país. Êxito foi logrado nesse sentido. Os EUA pressionaram o Grupo de Supridores nucleares para que permitissem o comércio nuclear com a Índia. Isso se tratava de algo até então impensado já que a Índia recusou-se veementemente a assinar o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares, e este era um pré-requisito para que fosse liberado o comércio nuclear para com ela. Os EUA aprovaram também um acordo que permitia que estes provesses combustível nuclear e também tecnologia para a Índia. Sem dúvidas



tratou-se de uma decisão de grande importância na evolução da cooperação entre ambos, após décadas de recusa estadunidense em transferir tecnologia para o Estado Indiano. Esse acordo não se trata, no entanto, de uma transferência unilateral dos EUA para a Índia, facilitando com que todos os países dispostos a cooperarem com a Índia em questões nucleares. Tal advento se deu graças aos esforços dos EUA para alterar legislação, assim como as regras de conduta internacionais no âmbito nuclear (PAUTASSO; SCHOLZ, 2013).

Atualmente o Estado indiano conta com um arsenal estimado de 90 a 110 armas nucleares a base de plutônio, possuindo planos para a construção de seis reatores que aumentarão significativamente a sua capacidade de produzir plutônio para armas²⁶.

Mais uma vez, para compreendermos melhor a ação indiana, recorrer-se-á aqui a um suporte teórico que torne possível uma melhor interpretação do dilema indiano em posicionar-se como uma potência nuclear e mesmo de desenvolver armas nucleares, ainda que desde sua formação o Estado Indiano tenha se posicionado contra esse tipo de armamento devido às proporções gigantescas de morte e destruição que estas podem causar. Sendo assim, por que um Estado que desde a sua criação militou pela paz, pela cooperação e pelo desarmamento, concomitantemente desenvolvia uma tecnologia tão potencialmente perigosa? Mohan (2015) descreve que Nehru inicialmente propunha fins civis, energéticos, para o desenvolvimento de tecnologia nuclear. De fato, o suprimento energético é uma questão sensível a todos os países, e essencial para o bom funcionamento da economia nacional. Ainda assim, o autor aponta que Nehru tinha consciência de que esta tecnologia poderia vir a ser usada no futuro para fins bélicos. Acertadamente, portanto, o autor não define a postura de Nehru, como de um idealismo ingênuo. É perceptível que o primeiro ministro já possuía uma visão de longo prazo pragmática em relação às questões securitárias.

Para ajudar na interpretação das ações indianas optou-se por recorrer ao aporte teórico do autor da corrente neorrealista de Relações Internacionais, Kenneth Waltz. Para Waltz (1979), usando ou não a força, os Estados perseguem os seus interesses. Uma vez que é esperado que um Estado use a força contra outros Estados para atingir seus objetivos, os demais Estados também preparam-se para

²⁶ Dados retirados do site do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI),



utiliza-la individualmente ou em combinação com outros Estados. Devido à ausência de um órgão supranacional que regule a forma como se dá a interação entre os Estados, ou seja, graças ao caráter anárquico do Sistema Internacional, os Estados encontram-se em estado permanente de autoajuda. Sob tais condições, a possibilidade que outros Estados façam o uso da força configura uma ameaça constante no background das relações interestatais. Na política doméstica a força é percebida como o último recurso a ser usado, já na política internacional a força não é apenas o último recurso a ser usado, mas o primeiro e mais constante. A perene possibilidade de que a força pode ser usada a qualquer momento, acaba moderando as demandas, limitando as manipulações e servindo como um incentivo para a resolução de disputas entre os Estados.

Claramente as considerações de Waltz (1979), servem de auxílio para melhor compreender ações que poderiam parecer contraditórias. Uma vez que os Estados visam prioritariamente a sua sobrevivência, e que o uso da força por parte dos outros Estados configura um temor constante, os Estados, compelidos pela estrutura anárquica, buscam em última instância a sua segurança, recorrendo eles mesmos ao uso (ou preparando-se para a eventual necessidade do uso) da força. Estando ao lado de uma vizinha forte como a China, que emergiu no pós Guerra Fria rivalizando com os EUA no campo econômico e com a qual a Índia já entrou em Guerra por questões de fronteira (e perdeu), adido ao fato de que essa mesma vizinha realizou testes afirmando-se como uma potência nuclear, a única resposta lógica que a Índia poderia dar era também buscar armar-se. O posterior desenvolvimento de tecnologia militar pelo Paquistão, abertamente um rival da Índia no cenário regional, com o qual o país entrou em guerra três vezes²⁷, deixava poucas opções para a Índia senão por fim a sua posição ambígua e reivindicar para si o status de potência nuclear.

Assim, por mais que a Índia possuísse uma postura inicial a favor do desarmamento e da solução pacífica de controvérsias, os imperativos fornecidos pela própria estrutura anárquica do Sistema Internacional fizeram com que também desde a sua formação os estadistas indianos percebessem a necessidade de preservar a segurança do país e que o uso da força (ou a preparação para) constituía um elemento inevitável na busca da preservação do próprio Estado Indiano.

²⁷ Em 1947, 1965 e 1971.



4.3 Índia: a prosperidade econômica e a atuação na política internacional

Nos itens anteriores do presente capítulo, procurou-se deixar claro sobre como os ganhos auferidos na esfera econômica traduziram-se no aumento de outras capacidades do Estado Indiano, notadamente do setor militar e de tecnologia. Para Waltz (1979), isso é um processo normal, uma vez que não é possível separar as capacidades econômicas das demais capacidades do Estado, uma vez que os Estados utilizam-se meios econômicos para fins militares e o inverso também é constatado, havendo a utilização de meios políticos e militares para atingir interesses de cunho econômico. Neste item explicar-se-á melhor como a melhoria no status econômico indiano traduziu-se na sua forma de inserção na política internacional.

Indubitavelmente, os EUA e recentemente a China figuram como atores de alta relevância no palco internacional, com o segundo ganhando maior proeminência nesse novo período de reconfiguração do Sistema Internacional. Como foi visto, a Índia buscou aproximar-se dos EUA no período pós Guerra Fria. As relações com a vizinha China passaram por turbulências que chegaram a culminar em uma Guerra e com declarações do Estado Indiano acusando a China como um dos motivos para que este se afirmasse como uma potência nuclear, gerando alguns desconfortos na relação entre os dois países. De fato, não apenas a relação bilateral entre China e Índia ou EUA e Índia é uma relação delicada, mas a interação e, por conseguinte, os comportamentos de cooperação e rivalidade entre estes três países figura como uma peça relevante do jogo de poder na Ásia.

Sobre a relação triangular entre China, EUA e Índia, Sagar (2016) discorre que se trata de algo delicado, sendo que cada país provavelmente tentará formar parcerias um com o outro em áreas que coincidem, mobilizando coalizões contra iniciativas inaceitáveis do terceiro. Isso se dará concomitantemente em que empreendem esforços para prevenir os outros dois de formarem uma aliança contra. O autor afirma que um grande desafio para esse trio é servir como pivô e usar essa posição para explorar as tensões entre os outros dois. Ele indica que a Índia, sendo o Estado mais fraco entre os três, teria condições mais propensas a atuar nesse sentido. Esta seria uma estratégia mais efetiva para tirar proveito dessa complexa relação, do que uma aliança aberta entre dois desses Estados contra um terceiro. As relações de cooperação econômica e estratégica entre os três é demasiadamente



sinuosa para que haja qualquer rivalidade aberta ou posicionamentos hostis muito intensos.

A sutil dança ensaiada pelo trio é perceptível em diversos momentos. O melhoramento das relações indo-americanas fez com que a tradicional postura pró-paquistanesa da potência ocidental se abrandasse. A China buscou então uma maior aproximação com a Índia, retomando uma estratégia que utilizara outrora, quando durante a década de 1970 buscava uma maior abertura em relação à Índia como uma tática para diminuir a cooperação indo-soviética. Como já enfatizado, a rivalidade entre EUA e China pode ser explorada pela Índia, agindo como um ator chave na estratégia dos outros dois gigantes na região. A dinâmica de relacionamento dos EUA em relação à China apresenta uma constante oscilação entre contenção e cooperação. A interdependência entre ambos os países é elevada devido ao fato de que os credores chineses possuem grandes montantes das contas do Tesouro americano. Portanto, apesar das alegadas diferenças ideológicas, a interdependência econômica significativa entre ambos os países acaba levando a um estreitamento das relações. Ainda assim, como a maior potência, os EUA não veem com olhos receptivos a ascensão do poderio econômico e militar chinês e sua proeminência no cenário asiático (MALONE; MUKHERJEE, 2010).

Apesar do despeito indiano em relação ao crescimento econômico e expansão do poderio bélico chinês, definir a interação entre ambos os países como de rivalidade ou cooperação seria reduzir a complexidade das mesmas. O que nota-se é que em algumas áreas há a presença de rivalidade, seja por influência política ou econômica, mas também existem projetos importantes de cooperação ligando os dois países. A Índia foi o primeiro país não comunista que reconheceu a República Popular da China. Juntas, ambas elaboraram os Cinco Princípios de Coexistência pacífica em 1954, sendo eles:

- I. Respeito pela soberania e integridade territorial de cada país;
- II. não agressão;
- III. não ingerência nos assuntos internos de outros Estados;
- IV. igualdade nas relações e
- V. benefício Mútuo.



A guerra fronteiriça entre os dois países se deu em 1962, abalando as relações bilaterais, apenas em 1976 houve uma reaproximação por meio do diálogo diplomático. Desde então se sucederam uma série de visitas oficiais entre os dois países, sem, no entanto, delinear-se uma política clara de cooperação ou de contenção mais abrangente. Na realidade, há uma disparidade em relação a percepção mútua entre China e Índia. Enquanto a Índia percebe a China por vezes como uma ameaça às suas ambições de potência, tendo ressentimento em relação à posição privilegiada da vizinha no cenário econômico e político mundial, emergindo de acordo com várias percepções como a potência do futuro (MOHAN, 2015). Já a China, por sua vez, não enxerga a Índia como uma ameaça. Alegando que o país não possui as capacidades materiais para ser vista como tal. Há, portanto uma assimetria na percepção de um país em relação ao outro, o que fere ainda mais o orgulho indiano.

Tanto a China quanto a Índia importam petróleo bruto e estão procurando diversificar sua pauta energética por meio da importação de gás natural. Essa semelhança poderia incorrer em competição por recursos naturais do golfo pérsico e da Ásia central, apesar disso não se observou uma tentativa de nenhuma das partes de impor uma estratégia de acesso exclusivo a esses recursos. Pelo contrário, o que se arquitetou na região foi justamente uma colaboração entre China e Índia não só na Ásia Central, mas também no Golfo Pérsico. Em 2006, os países decidiram licitar conjuntamente projetos em algumas regiões. A colaboração se estendeu igualmente na segurança de rotas marítimas como canais de entrega e na participação de consórcios visando a aquisição de direitos de exploração e extração em algumas áreas. Outra região na qual ocorre uma certa disputa entre China e Índia por influência política e econômica é o Sudeste Asiático. Para compreender melhor a relação entre as duas grandes economias asiáticas nessa região, é interessante compreendê-la dentro do escopo da Look East Policy.

No fim da década de 1990 a Índia empreendeu esforços para aumentar sua cooperação regional e desenvolver o multilateralismo por meio de sua política de “Olhar para o Leste” ou “Look East Policy”. Essa política foi responsável pelo estabelecimento de laços principalmente com o sudeste asiático, mas também com o mundo islâmico e países ocidentais (CAMPOS, 2015).

A Look East Policy iniciou-se em 1991. Como foi visto no primeiro capítulo da monografia, no decorrer da Guerra Fria a Ásia encontrava-se pouco integrada. Com



as mudanças ocorridas após o Fim da Guerra Fria, uma série de esforços de integração em nível regional foram empreendidos. Em consonância com sua nova posição de maior abertura econômica, a Índia buscou parceiros não só no mundo desenvolvido (como sua aproximação com os EUA), mas também se voltou mais para o seu próprio continente. Tendo em vista que o país tencionava afirmar-se como uma potência regional, nada mais natural do que buscar proeminência com seus vizinhos asiáticos, onde a China igualmente empreende projetos e se engaja em instituições a fim de afirmar sua presença na dinâmica não só geopolítica, mas geoeconômica da região.

Nessa perspectiva, a Look East Policy emerge como uma iniciativa de promoção das relações Sul-Sul. Anteriormente as relações que dominavam o coração das relações internacionais eram as relações Norte-Norte, com eventuais destaques para as relações Norte-Sul, sendo consideradas de menos importância as relações Sul-Sul. Entre os fatores que determinaram o interesse indiano para direcionar seu olhar para a região do Sudeste Asiático está a necessidade de conter a China economicamente. A China tem marcado sua influência econômica na região, preocupando a Índia que não quer perder as oportunidades de também exercer influência econômica na região. Outro fator é a emergente classe média indiana. A Índia possui uma quantidade de mão de obra potencial muito grande, sendo uma parte significativa desta educada e altamente qualificada capaz de ser exportada para os países vizinhos. O fenômeno da globalização influenciou mudanças sociais no país, estabelecendo padrões de consumo ocidentais que seduziram a emergente classe média indiana. Outro atrativo do Sudeste Asiático para a Índia é o fato de que a localidade apresenta-se mais favorável e politicamente estável do que a Ásia Central e o Oeste asiático, onde a presença do terrorismo acaba gerando uma série de fatores que levam à instabilidade e ao conflito (SUNDARAM, 2013).

Sundram (2013) traz que uma vantagem que a Índia tem em relação à China na esfera econômica é a relativa intransigência chinesa nos negócios. O autor aponta que ao passo que a China exige com que os investidores se adaptem às condições locais ao invés de esperar a adesão ao direito internacional e à conduta comercial. Já a Índia, por sua vez possui menos para oferecer em termos tangíveis do que a China, bem como menos recursos abundantes. Sem embargo, a Índia goza de uma reputação internacional de ser uma democracia que respeita dos direitos do consumidor, além de cumprir as leis de comércio e investimento internacional.



Fornecendo então um atrativo pela maior segurança e previsibilidade. Outro fator que o autor levanta é o fator do idioma. A maioria dos trabalhadores qualificados indianos possui um nível de inglês fluente, facilitando a comunicação e acelerando os trâmites com negócios e procedimentos negociados internacionalmente. Para ele essas seriam algumas das vantagens da Look East Policy indiana sobre a China, que podem ser exploradas para não perder espaço para a gigante da região.

A Look East Policy é definida por Yeravdekar e Gupte (2014) como uma correção no curso da política externa indiana. A iniciativa foi lançada no início da década de 1990 durante o governo de Narasimha Rao. O objetivo era revitalizar os laços políticos e também forjar as bases para uma cooperação no âmbito da segurança regional. Outra finalidade, talvez a mais evidente, é a procura por desenvolver laços econômicos visando uma maior integração com o sudeste asiático. A integração indiana com a região teria ganhado força com por meio da institucionalização da presença do país na região com a entrada da Índia nos acordos da ASEAN, como o Fórum Regional da ASEAN, o encontro de ministros da defesa + da ASEAN, a cúpula anual da ASEAN e Índia, bem como na Cúpula do Leste Asiático.

Recentemente, no ano de 2014, quando Narendra Modi assumiu o cargo de Primeiro Ministro, ele declarou como alta prioridade do seu governo a Look East Policy. Exaltando a importância dos países da ASEAN na nova era nas áreas de comércio, desenvolvimento, investimento e industrialização. Modi enfatizou que a Índia não apenas “olha para o leste”, mas “age para o leste”, revisando o nome da política para Act-East Policy. Nessa fase de reintensificação do seu compromisso com o “leste”, inicialmente pensada como uma política mais voltada especificamente para o sudeste asiático, a Índia abrange essa conceituação para incluir da China à Austrália.

A integração institucional da Índia com a região do Sudeste Asiático não se restringiu apenas à sua participação no aparato da ASEAN. O país foi pró-ativo juntando-se com alguns países do sul e sudeste asiático e formando a Bay of Bengal Initiative for Multi-sectoral Scientific, Technological and Economic Cooperation (BIMSTEC). Os membros da BIMSTEC são (além da Índia): Bangladesh, Sri Lanka, Tailândia, Butão, Nepal e Myanmar. A iniciativa tem por fim promover a cooperação em áreas como comércio, turismo, investimento, agricultura, pesca, transportes e desenvolvimento de recursos humanos.



A estratégia Indiana de reconstruir suas relações com seus vizinhos asiáticos, com ênfase para a ASEAN tem duas dimensões sendo elas o fortalecimento de relações bilaterais e integrar-se com as organizações do Sudeste Asiático. A Índia buscou diferentes estratégias para se aproximar dos países da região, promovendo uma série de visitas institucionais e uma imagem de uma Índia pacífica, moderna e cooperativa. Nas discussões bilaterais procurou identificar áreas de interesse mútuo com cada país, lançando bases para possíveis cooperação uma vez em que as identificava. Os países escolhidos para aprofundar os laços de cooperação se separam em três grupos, sendo dois dentro da ASEAN e um terceiro grupo de países do Leste Asiático. O autor traz que dentro da ASEAN a Índia adotou uma aproximação distinta em relação aos novos membros (Laos, Camboja, Myanmar e Vietnã – todos entraram nos anos 1990). Estes apresentavam um atraso econômico em relação aos demais, bem como um plano de fundo doméstico distinto, tratando-se de países que foram próximos da URSS (com quem a Índia tinha interesses estratégicos em comum, diferentemente da China) durante o período da Guerra Fria, possuindo sistemas políticos centralizados. A Índia utilizou esse passado histórico comum para reivindicar boas relações com os países e embasar sua maior aproximação. Nesse período pós Guerra Fria, não só a Índia buscou-se aproximar dos EUA, mas também estes países, uma vez que a potência americana percebia nestes oportunidades econômicas atrativas. (MUNI, 2011)

Os países do sudeste asiático apresentaram sucessos substanciais em seus processos de industrialização e de aquisição de tecnologia, servindo como exemplos dos defensores da liberalização econômica no período pós Guerra Fria, associando a ligação positiva entre os capitais estrangeiros e o crescimento econômico (CAMARA; SALAMA, 2005).

Em relação aos membros mais antigos da ASEAN (Indonésia, Tailândia, Malásia e Singapura), a Índia deu uma ênfase maior na dinâmica econômica. Singapura é o país da região que mais se aproximou da Índia desde o lançamento da Look East Policy, aumentando substancialmente o comércio e a cooperação em defesa entre ambos. Na Ásia Oriental, a atenção indiana é especialmente direcionada para tentativa de ampliar os laços comerciais com a China, Japão e a República da Coreia. A Índia melhorou sua cooperação com a Coreia visivelmente na área indústria automobilística e na produção de bens de consumo duráveis na última década. Com o Japão, as relações bilaterais tiveram um avanço expressivo



em 2005 quando ambos os países se juntaram nas Nações Unidas para defender reformas na organização e na estrutura do conselho de segurança. No ano seguinte ambos estabeleceram uma Parceria Estratégica e Global, desde então a cooperação entre os dois Estados se desenvolveu em diversas áreas, inclusive o setor de defesa (MUNI, 2011).

Para Chelaney (2010), a maior cooperação entre Japão e Índia poderia auxiliar na compensação dos efeitos negativos para a Índia da antiga aliança entre China e Paquistão. Essa aproximação forneceria também uma alternativa para o Japão, diversificando seus parceiros no escopo da segurança, escapando da sua histórica dependência dos EUA. Em 2005, China e Índia lançaram também um plano de ação intitulado "Oitava iniciativa para o fortalecimento da parceria global Japão-Índia". Baruah (2010) traz que o plano focava na área da defesa e propunha um aprofundamento no diálogo e das trocas, utilizando-se dos fóruns de consulta existentes, fortalecimento do intercâmbio no setor de defesa, aprimoramento da cooperação para assegurar-se da defesa e segurança do tráfico marítimo por meio de exercícios antipirataria conjuntos entre as guardas costeiras e um maior diálogo entre a Força de Autodefesa Marítima e a Marinha indiana em reconhecimento da importância da segurança marítima.

Para Amorim e Silva (2014), essa convergência entre Índia e Japão nos últimos anos na cooperação focada na defesa configuraria uma estratégia de ambos os países para contrabalancearem o poderio chinês na região. É notável que o Japão, que foi o primeiro país da Ásia a atingir níveis econômicos extremamente positivos, iniciando o processo de ascensão da Ásia Oriental, encontra-se agora em um período de estagnação, enquanto assiste a emergência da China. Concomitantemente, a Índia assiste a ascensão chinesa receosa da mesma, uma vez que busca para si um papel de liderança regional e não acolhe bem que suas ambições sejam frustradas pela sombra chinesa. Essa tendência de aproximação da Índia e do Japão a fim de contrabalancear o poder chinês é plausível sob o ponto de vista de Waltz (1979) já que o autor preconiza que os Estados tendem a juntar-se com os parceiros mais "fracos" a fim de contrabalancear o mais "forte" ou com maiores capacidades. O Japão encontra-se em um momento econômico muito aquém da prosperidade com a qual abismou o mundo e possui ainda severas restrições ao seu setor militar como resquícios da Segunda Guerra Mundial. Já a Índia, apesar de estar atingindo níveis expressivos de crescimento econômico e



buscando aprimorar as suas capacidades militares, ainda encontra-se muito aquém das capacidades chinesas.

Recentemente, a China tem mostrado interesse em estabelecer bases militares fora do seu território, o que até então não havia feito, lançando também projetos econômicos de nível global como a Nova Rota da Seda. Diante disso é natural que as outras potências da região sintam-se intimidadas e visem unir-se para fazer frente ao avanço chinês. No entanto, analisar se realmente está se configurando uma parceria entre Índia e Japão e Índia com a finalidade de limitar as ambições chinesas iria requerer uma análise mais detalhada da dinâmica de poder na região, o que está além do escopo da presente pesquisa. Afinal, como tornou-se perceptível os laços de cooperação político-econômica e as rivalidades em determinados segmento constituem-se de nuances sutis que envolvem interesses de países de fora da região, bem como interesses privados, havendo inclusive variáveis tais quais a assimetria na percepção de um país em relação ao outro.

O que por ora se torna importante para a pesquisa é que as reformas econômicas empreendidas nos anos 1990 geraram benefícios econômicos que traduziram-se em uma maior qualificação da inserção internacional indiana, bem como no aumento da sua capacidade militar, tornando o país um ator de maior relevância no jogo de poder do Sistema Internacional. As prospecções ainda mantêm-se positivas, tornando muito provável que a Índia possui pela frente um papel de peso nessa nova configuração Internacional Pós Guerra Fria.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da monografia elencou-se uma série de considerações acerca de três eixos principais relacionados com os objetivos específicos da pesquisa apresentados na introdução do presente trabalho. Sendo estes eixos: o processo de reconfiguração do Sistema Internacional, a trajetória política e econômica da Índia desde a formalização da sua independência e as mudanças no posicionamento indiano na dinâmica econômica e política internacional, com enfoque na sua atuação no âmbito regional. No início da pesquisa formulou-se uma resposta provisória em relação ao problema de pesquisa apresentado. O problema que deu origem ao trabalho buscava elucidar como que se deu a ascensão da Índia no período pós Guerra Fria. Formulou-se então a hipótese de que a ascensão indiana havia se dado graças à interação de fatores internos e externos que levaram à liberalização da economia indiana, permitindo que esta auferisse altos níveis de crescimento.

A conjuntura externa mencionada referia-se ao conjunto de mudanças em curso no período. No primeiro capítulo do trabalho foram apresentadas as implicações do fim da Guerra Fria para a estratégia de inserção dos países no palco internacional. O rompimento da ordem vigente tornou possível uma maior redistribuição da importância dos atores no Sistema Internacional, antes centrada invariavelmente na interação entre Estados Unidos e União Soviética. Com a aparente vitória americana neste conflito bipolar, a potência americana empenhou-se ainda mais em difundir o seu corolário neoliberal, buscando pressionar a adoção de medidas liberalizantes principalmente na região periférica. Na elaboração dessa hipótese presumiu-se ainda que essa quebra na ordem internacional vigente constituiu um momento propício para a mobilidade dos países na estrutura da estratificação mundial proposta por Wallerstein entre periferia, centro e semi periferia. A terceira consideração imbuída na hipótese inicial era de que a articulação interna, tanto na formulação de estratégia política, quanto econômica do Estado Indiano, foi essencial para a ascensão indiana após a década de 1990. Concebeu-se, portanto, que o Estado teve um papel ativo nessa elevação do status econômico e político do país, não tendo esta ocorrido apenas devido à choques externos, por um lado, ou somente devido à condicionantes de caráter interno, por outro.

Tendo em vista essa hipótese, a própria formulação dos objetivos específicos, bem como da estrutura da monografia se deu a fim de realizar uma revisão



bibliográfica que permitisse verificar a veracidade da resposta provisória. Após seguir os passos propostos chegou-se a conclusão de que a hipótese do trabalho foi confirmada. Como ficou evidente no primeiro capítulo, a conjuntura internacional que se seguiu ao colapso da União Soviética teve como forte característica a busca dos EUA e dos demais países capitalistas desenvolvidos por induzir a adoção em nível mundial do modelo neoliberal. A adoção deste modelo teve efeitos diversos nas diferentes partes da pirâmide da estratificação mundial. No entanto, na periferia (e aqui se engloba também a semiperiferia) os resultados foram desastrosos em algumas localidades, como se pode perceber pelo caso da América Latina. Ainda assim, para a Índia, a adoção das medidas liberalizantes no período foram amplamente exitosas, permitindo um aumento da capacidade econômica do país.

O presente estudo não se propôs a fazer uma comparação entre os efeitos da onda de liberalização da década de 1990 nos diferentes países da periferia, advogando seu caráter benéfico ou perverso. Contudo, arrisca-se inferir, após o estudo do processo de liberalização da economia indiana, que um dos principais fatores para que este tenha atingido sucesso foi seu mercado gradualismo. Como foi explanado no segundo capítulo, esse gradualismo permitiu que não fosse realizada uma “terapia de choque” com a abrupta corrosão tanto do controle, quanto do patrimônio estatal que foi uma das mais relevantes causas dos efeitos negativos da liberalização em outros lugares do globo. De fato, desde a década de 1980 a Índia buscou empreender esforços no sentido de promover um certo grau de liberalização da sua economia. Tendo observado uma resposta positiva a partir dessas mudanças, as mudanças posteriores mais ousadas já vinham sendo concebidas. Logo, é possível inferir que a conjuntura internacional de promoção mais enfática do ideário de viés liberal estava em consonância com uma parcela significativa dos formuladores da estratégia de desenvolvimento indianos. Indo mais além, pode-se inferir ainda que a junção desses condicionantes internos e externos atuou formando uma conjuntura muito específica que permitiu a ascensão indiana.

Entre os fatores internos que levaram à adoção das medidas está o desgaste do modelo de economia planificada de inspiração soviética adotada pela Índia após a sua independência. O engessamento da economia que tentava erigir-se sob um modelo praticamente autárquico levou a desequilíbrios de ordem macroeconômica, resultando em uma mudança na visão positiva sobre o controle excessivo do Estado e do modelo de desenvolvimento voltado para dentro. Esses desequilíbrios



resultaram em uma crise interna na Índia no início da década de 1990, servindo como mais um condicionante chave para as mudanças em direção à liberalização. Em função dessa situação o país foi levado a recorrer a um empréstimo do FMI. Como é de amplo conhecimento, bem como foi explanado no segundo capítulo da monografia, o FMI oferece ajuda econômica mediante a adoção de uma série de medidas econômicas restritivas. Discorreu-se sobre como alguns autores percebem que esta associação com o dinheiro proveniente do FMI teria configurado um dos fatores externos mais significativo para a adoção das medidas liberalizantes, no entanto essa opinião não é unânime, tendo autores que partilham da ideia apresentada anteriormente, de que o Estado Indiano já vinha planejando uma maior abertura econômica desde antes dessa crise. E, logo, que as imposições do FMI estavam em consonância com a mudança de estratégia econômica indiana.

Esse planejamento de abertura da economia indiana já provocava debates internos porque mesmo que a Índia estivesse auferindo índices estáveis de crescimento logo após a implementação do modelo inspirado no receituário socialista, os vizinhos asiáticos cujas economias eram voltadas à exportação apresentavam índices de crescimento muito maiores. Por conseguinte, passou a tornar-se evidente que a Índia não estava desenvolvendo plenamente seu potencial econômico, e que isso se dava em grande parte devido ao modelo escolhido para estruturar sua economia.

Outro aspecto importante da hipótese inicial foi conferir ao Estado indiano um papel crucial na sua ascensão econômica e política. No desenvolvimento do final do primeiro capítulo apresentou-se uma aproximação teórica utilizando-se das contribuições de Wallerstein e Arrighi. Posteriormente, no final do segundo capítulo esse aporte teórico de ambos os autores nos auxilia a confirmar essa parte da hipótese. Desde meados da sua criação a Índia investiu na criação de centros de Tecnologia e Desenvolvimento, aumentando substancialmente o investimento econômico nesse tipo de empreendimento ao colher as benesses oportunizadas pelas reformas econômicas. Sendo um Estado pertencente à semiperiferia, a Índia possui dentro de sua jurisdição tanto atividades típicas de núcleo orgânico quanto de periferia. É perceptível a opção da estratégia indiana em forçar-se no aumento da sua competitividade em suas atividades de núcleo orgânico, aproveitando-se da sua vantagem sobre os custos de produção que esta possui em relação aos Estados de núcleo orgânico. Instrumentalizou-se a abertura econômica canalizando diversos



incentivos ao desenvolvimento do setor terciário, principalmente de tecnologia da informação. Isso levou a um florescimento da área que se tornou o coração da estratégia de desenvolvimento indiana. É evidente o planejamento estatal para o desenvolvimento dessas atividades do setor terciário que podem ser tranquilamente apontadas como a base de sustentação dos altos índices de crescimento econômico auferidos pela Índia no decorrer dos últimos anos.

Tanto as considerações teóricas de Arrighi, quanto de Wallerstein trazem que a mobilidade ascendente dos países periféricos, seja da periferia ou da semiperiferia é possível, mas uma exceção à regra. A mobilidade resultante da melhoria do status destes países dependeria muito de uma conjuntura específica tanto de fatores externos, quanto de esforço político interno para ser lograda, justamente como o proposta na hipótese. Ao dissertar sobre a periferização de atividades do núcleo orgânico, citando o caso da industrialização, Arrighi fornece também uma contribuição valiosa ao estudo do caso indiano. O novo modelo de desenvolvimento econômico da Índia centrado no setor terciário e na afluência de capital estrangeiro pode ser possivelmente compreendida como a “estratégia inovadora” descrita por Arrighi, que aliada com uma conjuntura específica, poderia atuar melhorando a classificação do Estado periférico.

Após ter dissertado acerca dessa junção dos fatores internos e externos que condicionaram a adoção das medidas liberalizantes que revitalizaram e impulsionaram a economia indiana, bem como sobre o papel do Estado indiano nesse processo, tornou-se importante realizar uma análise sobre os efeitos dessa ascensão econômica em termos de política internacional. O que tratamos por ascensão na pesquisa foi justamente a elevação do status indiano na economia internacional e o decorrente aumento do grau de importância da Índia como um ator relevante no escopo da política internacional, não apenas em nível regional, mas também mundial. Desde a sua criação a Índia sempre reivindicou para si um papel de proeminência, quiçá de liderança regional. No entanto, como foi descrito, por vezes o papel que o Estado buscava reivindicar para si estava muito além das suas capacidades materiais de fazê-lo. Ao lograr êxito com sua nova estratégia econômica, a Índia buscou aumentar suas capacidades bélicas. Como foi visto, os gastos no setor militar se expandiram havendo um aumento do efetivo militar indiano que está entre os maiores do mundo, bem como com o país figurando nos últimos anos como o maior importador de armas.



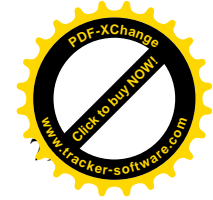
Com o fim da Guerra Fria notou-se também um maior pragmatismo na condução da política externa indiana. Identificou-se que este pragmatismo revelou-se latente no dilema de afirmação nuclear que o Estado indiano enfrentou. Foi o suporte teórico de Kenneth Waltz dessa vez que auxiliou na interpretação das ações indianas que em um primeiro momento pareceram controversas. A afirmação do país enquanto uma potência nuclear foi sem dúvidas um evento importante para a região. Apesar de não ser do escopo desse trabalho, seria interessante analisar mais detalhadamente o processo de nuclearização indiana, bem como os impactos no longo prazo que a afirmação nuclear indiana terá não só sobre a sua política externa, mas também para o balanço de poder na região. O fim da Guerra Fria, adido da prosperidade econômica indiana foram fatores que contribuíram para a opção do país em investir no aprofundamento do multilateralismo na década de 1990. A Look East Policy e sua posterior transformação em Act East Policy (dessa vez com maior abrangência) denota o esforço indiano por expandir suas parcerias e sua zona de influência na região. Nesse sentido, a colaboração com o Japão, no setor militar, e com a China, em questões econômicas de interesse mútuo, reforçam essa percepção.

A melhora nas relações com os EUA não se deu em detrimento de uma qualificação da aproximação sino-indiana. Verificou-se que apesar de a Índia perceber a China provavelmente como a maior ameaça às suas aspirações de liderança regional, ambos os países têm mantido relações cordiais, inclusive cooperando em vários projetos em diferentes partes do mundo, como no caso da Ásia Central. O padrão de rivalidade e conflito entre esses três atores é demasiadamente sutil e varia de acordo com a área analisada. Apesar de o crescimento econômico-militar indiano não ser expressivo o suficiente para rivalizar com o emergente poderio chinês, o país indubitavelmente figura como um dos atores mais relevantes nesse esboço que se desenha da nova ordem internacional.

A Índia enfrenta ainda muitos problemas internos, especialmente de cunho social. Ao mesmo tempo em que o país exporta mão de obra altamente qualificada, os índices de analfabetismo, principalmente entre as mulheres são muito altos. A corrupção endêmica é outro problema que afeta a estabilidade política interna. O crescimento econômico indiano permitiu sem dúvidas uma qualificação da inserção internacional do país, com este ganhando maior importância no cenário mundial. Contudo, existem muitas dúvidas sobre em que medida esse crescimento se



traduziu em desenvolvimento, entendido aqui no sentido mais heterodoxo da palavra, abrangendo não só o crescimento econômico, mas o bem estar social. A diáspora de famílias indianas ricas e bem sucedidas para os EUA, como se explanou no terceiro capítulo, contrasta em muito com a realidade de milhares de indianos que vivem na pobreza. A maior democracia do mundo enfrenta ainda muitos desafios quanto à própria estruturação dos mecanismos de política interna, sendo um campo de estudos demasiadamente fecundo.



6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLUWALIA, Montek S. **India's Economic Reforms**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://planningcommission.nic.in/aboutus/speech/spemsa/msa012.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

AMORIM, Wellington; SILVA, Antonio Henrique Lucena da. Japan and India: soft balancing as a reaction to China's rise?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, p.73-90, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57nspe/0034-7329-rbpi-57-spe-00073.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997 347p.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 389p.

BANIK, Arindan; PADOVANI, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 22, n. 50, p.67-93, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225006>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/06.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2017.

BARBOSA, Marcel Jaroski. **Crescimento econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia do Desenvolvimento, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2633/1/000402057-Texto+Completo-0.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2017.

BASU, K. **The Indian Economy: Up to 1991 and Since**. Working Paper No. 052, Bureau for Research in Economic Analysis of Development (BREAD), Durham, Estados Unidos, Dezembro de 2003.

BURALI, Juliana Baeza. **Pobre Índia rica: A influência do desenvolvimento econômico na sociedade indiana**. 2012. 27 f. TCC. Curso de Especialização em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3774/1/2012_JulianaBaezaBurali.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

CAMARA, M; SALAMA, P. **A inserção diferenciada com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira**. In: CHESNAIS, F. (org.). *A finança mundializada*. Petrópolis. Editora Vozes, 199 p.45-89.

CAMPOS, Bruno de. **Índia: de colônia britânica ao desenvolvimento econômico nacional**. 2015. Disponível em:



<http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_bruno_campos_india-de-colonia-britanica-ao-desenvolvimento-economico-nacional.pdf>. Acesso em: 12 ago 2017.

CHATTAEERJEE, K.. India's relationships with the Gulf Region: Prospects and Possibilities in the 21th Century. In: GHOSH, Anjali et al (Ed.). **India's Foreign Policy**. Mumbai: Repro India, 2009. Cap. 15. p. 357-378.

CRUZ, S. C., 2008, Rio de Janeiro. **Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

DILLINGE, J. **29 Largest Armies in the World**. World Atlas, 2017.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Editora Rocco. 1992. 376p.

GANGULY, B. N.. Nehru and Socialism. **The Economic Weekly**. p. 1213-1218. jul. 1964. Disponível em: <http://www.epw.in/system/files/pdf/1964_16/29-30-31/nehru_and_socialism.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017

GUIMARÃES, Lytton. Política Externa e Segurança da Índia: Implicações para o Fórum IBAS. **Intellector**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p.1-40, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2008-09/lyttonguimaraes-site.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos: O breve século XX**. Rio de Janeiro: Companhia das letras. 2007. 459p.

KESAVAN, K.V. **India and Community Building in Asia: From Idealism to Realism**. Ritsumeikan Annual Review of International Studies , Kobe, v. 4 p. 9-21, 2005. Disponível em: < <http://www.ritsumei.ac.jp/acd/cg/ir/college/bulletin/e-vol4/kesavan.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2017

KRAUTHAMER. **Foreign Affairs Magazine: The new American realism**. Foreign affairs, v.87. n. 4, 2008.

MARX. K. **A dominação Britânica na Índia. 1853**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>> . Acesso em: 12 out. 2017

MEDEIROS, C.A., **Liberalização comercial e financeira e seus efeitos sobre crescimento, emprego e distribuição de renda nos países Latino-Americanos**. Muttukadu, 2005

NASSIF, André. **A economia indiana no período 1950 – 2004 – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?** Banco Nacional do Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, jan. 2006.



MEHRA, Ajay K.. O sistema Partidário da Índia. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Ed.). **Partidos políticos: quatro continentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. Cap. 4. p. 75-100. Tradução de Mónica Baña Álvarez e Pedro Maia Soares.

MOHAN, C. Raja. Foreign Policy after 1990:: Transformation through Incremental Adaptation. In: MALONE, David M.; MOHAN, C. Raja; RAGHAVAN, Srinath (Org.). **The Oxford Handbook of indian foreign policy**. Oxford: Oxford University Press, 2015. Cap. 10. p. 131-144. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=McwfcgAAQBAJ&pg=PA649&lpg=PA649&dq=reintegrating+india+with+the+world+economy+pdf&source=bl&ots=5MFMMy3u7GJ&sig=xM9qQaEzb9d0fa9ccEymTd02Puk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEWjo17Prxo_WAhVfKZAKHW33CVcQ6AEIajAI#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 ago 2017.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **Índia: estratégia e política externa**. In: BRASÍLIA. Palácio Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores (Ed.). **Conferência Índia: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI "O Brasil no mundo que vem aí"**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Cap. 6. p. 117-133.

PAUTASSO, Diego. **A China na Transição do Sistema Mundial: Suas Relações Com os EUA e Índia**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10240/000591357.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

PEREIRA, J. Y. **Ásia Oriental no pós-Guerra Fria**. Entre a rivalidade e a cooperação. Observatório político: Working paper nº21, 2013.

PIANNA, Anelise. **O desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial recente da Índia: origens, causas e perspectivas**. 2007. 118 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Índia: a estratégia de desenvolvimento – da independência aos dilemas da primeira década do século xxi. In: CARDOSO, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko (Org.). **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: Ipea, 2009. Cap. 10. p. 397-453. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/publicacoes/prates/PratesCintr a1.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2017.

SIPRI, **Stockholm International Peace Research Institute**, 2017.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5º edição – São Paulo. Ed. Atlas, 2005.

SRIVASTAVA, T. India's foreign policy-idealism to realism (realpolitik). Contemporary research in india (issn 2231-2137). vol. 5. 2015.



SUNDARAM, A.. Look East Policy. **International Journal Of Advancements In Research & Technology**. p. 169-185. maio 2013. Disponível em: <<http://www.ijoart.org/docs/Look-East-Policy.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

SWAMY, Arun R.. **Hindu nationalism: What's religion got to do with it?** 2003. Asia-Pacific Center for Security Studies. Disponível em: <[http://apcss.org/Publications/Ocasional Papers/OPHinduNationalism.pdf](http://apcss.org/Publications/Ocasional%20Papers/OPHinduNationalism.pdf)>. Acesso em: 15 jul 2017.

VIEIRA, Máira Baé Baladão. **Relações Brasil - Índia (1991-2006)**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2009. 181 p.

VIRMANI, Arvind. **The dynamics of competition**: phasing of domestic and external liberalisation in India. Planning Commission, 2006. 81 p. Disponível em: <http://planningcommission.nic.in/reports/wrkpapers/wp_dc_pdel.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2006.

VIZENTINI, P.G.F., **Tensões e desafios da cooperação regional na Ásia Oriental**. 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**: Ciência social parao século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 315 p. Tradução de: Renato Aguiar.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 367p.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Nova York: McGraw-Hill, Inc., 1979. 251.